

## ÍNDICE

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. ENTIDADES DO GRUPO
3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES
7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
9. TRIBUTOS DIFERIDOS
10. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES
11. OUTROS CRÉDITOS
12. INVESTIMENTOS
13. IMOBILIZADO
14. INTANGÍVEL
15. FORNECEDORES
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS
17. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS
19. PROVISÕES
20. CONTINGÊNCIAS
21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO
22. OUTROS DÉBITOS
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
25. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS
27. LUCRO POR AÇÃO
28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
29. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
31. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA
32. RESULTADO FINANCEIRO
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO
34. SEGUROS
35. QUESTÕES AMBIENTAIS
36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO
37. REAJUSTE TARIFÁRIO
38. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO
39. CONTRATOS DE LONGO PRAZO
40. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA
41. EVENTOS SUBSEQUENTES

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de Reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma)

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Light S.A. (Companhia ou “Light”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC) sob a sigla LGSXY.

#### **2. ENTIDADES DO GRUPO**

##### **a) Controladas Diretas**

Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. (Light Energia - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas:

- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (São Judas Tadeu - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW.
- Central Eólica Fontainha Ltda. (Fontainha - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW.

- Renova Energia S.A. (Renova Energia - 22,0%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólicas. A Renova Energia tem participação direta ou indireta que totalizam 1.261 MW contratados, dos quais 336 MW estão em operação. Abaixo apresentamos as empresas nas quais a Renova Energia participa:

Participações - RENOVA					
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	(d)	Energética Serra da Prata S.A.	(i)	Renova PCH Ltda. *	(d)
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	(i)	Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	(i)	Centrais Eólicas Espigão Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	(i)	Centrais Eólicas Guirapá S.A.	(i)	Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.	(i)
Nova Renova Energia S.A.	(d)	Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	(i)	Centrais Eólicas Pilões Ltda.	(i)
Bahia Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Eólicas Guanambi S.A.	(i)	Centrais Eólicas São Salvador Ltda. *	(d)
Centrais Eólicas Pindaf S.A.	(i)	Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	(i)	Centrais Elétricas Morroão Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	(i)	Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	(i)	Centrais Elétricas Serafina Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	(i)	Renova Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Elétricas Tanque Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Candiba S.A.	(i)	Centrais Elétricas Borgo Ltda.	(i)	Centrais Eólicas dos Araças Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	(i)	Centrais Elétricas Dourados Ltda.	(i)	Centrais Eólicas da Prata Ltda.	(i)
Salvador Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Elétricas Maron Ltda.	(i)	Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	(i)	Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.	(i)	Centrais Elétricas Botuquara Ltda. *	(d)
Centrais Eólicas Pajéu do Vento S.A.	(i)	Centrais Eólicas Ametista Ltda.	(i)	Centrais Elétricas Itaparica Ltda. *	(d)
Centrais Eólicas Arapuã Ltda. *	(d)	Centrais Elétricas Cedro Ltda. *	(d)	Centrais Elétricas Conquista Ltda. *	(d)
Centrais Elétricas Bela Vista Ltda. *	(d)	Centrais Elétricas Riacho de Santana Ltda. *	(d)	Centrais Elétricas Santana Ltda. *	(d)
Renova Comercializadora de Energia S.A. *	(d)				

(d) Controlada direta da Renova

(i) Controlada indireta da Renova

\* Empresa em fase pré-operacional

O percentual de participação indireta na Renova PCH Ltda., Nova Renova Energia S.A., Centrais Elétricas Botuquara Ltda. e Centrais Elétricas Itaparica LTDA é de 21,8% e nas demais é de 22,0%.

- Guanhões Energia S.A. (Guanhões Energia - 51%) - Sociedade por ações de capital fechado em fase pré-operacional, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG criada com finalidade de implantar Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) situadas no estado de Minas Gerais que totalizam 44,80 MW de Potência Instalada. A entrada em operação comercial da primeira PCH está prevista para ocorrer em outubro de 2013 e da última em fevereiro de 2014. Controlada em conjunto pela Light Energia S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

Light Esco Prestação de Serviços S.A. (Light Esco - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. Participa do consórcio Maracanã Solar de exploração de uma usina fotovoltaica, a ser instalada na cobertura do estádio do Maracanã (51%). A EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda participa com 49%. A Light Esco também possui participação societária na seguinte controlada em conjunto:

- EBL Companhia de Eficiência Energética S.A. (EBL - 33,3%, controlada em conjunto) - Sociedade que tem por objeto específico a prestação de serviços e soluções de eficiência energética e locação de equipamentos e instalações em unidades de propriedade ou alugadas pela Telemar Norte Leste S.A.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a

compra, venda, importação, exportação e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do consórcio UHE Itaocara de exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig Geração e Transmissão S.A. participa com 49%.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. (Light Soluções - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

#### b) Controladas em conjunto

Lightger S.A. (Lightger) - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Lightger obteve a licença de instalação que autorizou o início das obras de implantação da PCH Paracambi. As turbinas entraram em operação no terceiro trimestre de 2012. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (E-Power) – Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, que tem como objeto principal fabricar veículos elétricos de duas rodas da marca “Kasinski”. A Light S.A. e CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A., denominada “Kasinski”, são os únicos acionistas da Companhia, cada uma detentora, respectivamente, de 20% e 80% das ações ordinárias nominativas da E-Power.

Amazônia Energia Participações S.A. (Amazônia Energia) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influencia significativa na administração, mas sem controle em conjunto.

### c) Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as participações societárias da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, que estão consolidadas nas seguintes bases abaixo apresentadas:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta
Light Serviços de Eletricidade S.A.	100,0	-	100,0	-
Light Energia S.A.	100,0	-	100,0	-
Central Eólica Fontainha Ltda	-	100,0	-	100,0
Central Eólica São Judas Tadeu Ltda	-	100,0	-	100,0
Renova Energia S.A.	-	22,0	-	25,9
Guanhães Energia S.A.	-	51,0	-	-
Light Esco Prestação de Serviços S.A.	100,0	-	100,0	-
EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.	-	33,3	-	33,3
Lightcom Comercializadora de Energia S.A.	100,0	-	100,0	-
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	100,0	-	100,0	-
Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social	100,0	-	100,0	-
Itaocara Energia Ltda.	100,0	-	100,0	-
Lightger S.A.	51,0	-	51,0	-
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.	51,0	-	51,0	-
Amazônia Energia Participações S.A.	25,5	-	25,5	-
CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A.	20,0	-	20,0	-

### d) Concessões e autorizações do Grupo Light

Seguem os principais aspectos do contrato de concessão relativo à Light SESA e à Light Energia:

Em 4 de junho de 1996 foi celebrado o Contrato de Concessão nº 001/96 entre a União (poder concedente, por intermédio da Aneel) e a controlada Light SESA, regulando a exploração do serviço público de energia elétrica no território do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo a geração e a distribuição de energia elétrica. O referido contrato tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do poder concedente.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i. Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.
- ii. Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.

- iii. Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente.
- iv. Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo perante o poder concedente, os usuários e terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.
- v. Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.
- vi. Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.
- vii. Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.
- viii. Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública.
- ix. Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento.
- x. Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos.
- xi. Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.
- xii. Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.
- xiii. Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI.
- xiv. Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.
- xv. Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias.

Pela execução dos serviços, a Light SESA tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo poder concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária

é novembro de 2013. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

Abaixo segue quadro com as principais informações sobre as autorizações da Renova Energia:

<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da Resolução</u>	<u>Capacidade de produção instalada</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	14,8 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	16,0 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	11,0MW

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da Portaria</u>	<u>Capacidade de produção instalada</u>
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	LER 03/2009	695	05/08/2010	8,0 MW
Centrais Eólicas Candiba S.A.	LER 03/2009	691	05/08/2010	9,6 MW
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	LER 03/2009	700	06/08/2010	20,8 MW
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	LER 03/2009	743	19/08/2010	28,8 MW
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	LER 03/2009	696	05/08/2010	30,4 MW
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	LER 03/2009	690	05/08/2010	11,2 MW
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	LER 03/2009	692	05/08/2010	24,0 MW
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	LER 03/2009	693	05/08/2010	28,8 MW
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	LER 03/2009	694	05/08/2010	25,6 MW
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	LER 03/2009	699	05/08/2010	24,0 MW
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	LER 03/2009	697	05/08/2010	27,2 MW
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A	LER 03/2009	698	05/08/2010	6,4 MW
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	LER 03/2009	742	19/08/2010	30,4 MW
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	LER 03/2009	689	05/08/2010	19,2 MW
Centrais Eólicas Morrão S.A	LER 05/2010	268	20/04/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A	LER 05/2010	332	27/05/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A	LER 05/2010	330	26/05/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas da Prata S.A	LER 05/2010	117	25/03/2011	20,8 MW
Centrais Eólicas dos Araças S.A	LER 05/2010	241	07/04/2011	30,4 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A	LER 05/2010	161	18/03/2011	22,4 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	222	13/04/2012	19,2 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	130	13/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011	107	08/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	171	22/03/2012	17,6 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	135	14/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011	167	21/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011	172	22/03/2012	9,6 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011	168	21/03/2012	22,4 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	128	13/03/2012	28,8 MW
Renova Energia S.A. (São Salvador)*	LEN 06/2012	-	-	-

\* Aguardando publicação da Portaria

Além das concessões e autorizações mencionadas em detalhe acima, a Lightger possui a concessão da PCH Paracambi, a Itaocara Energia possui participação no Consórcio Itaocara, que detém a concessão para a UHE Itaocara e a Guanhães Energia possui a concessão de quatro PCHs (Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II).

Os contratos de autorização das PCHs e Hidrelétricas preveem que, ao final do prazo de cada autorização, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da autorização será reembolsável pelo Poder Concedente.

Segue abaixo um quadro resumo das concessões e autorizações do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2012:

Concessões / autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
Light SESA e Light Energia	Jun/1996	Jun/2026
PCH Paracambi - Lightger	Fev/2001	Fev/2031
Hidroelétrica de Itaocara - Consórcio Itaocara	Mar/2001	Mar/2036
Usinas Eólicas - Renova Energia	Ago/2011	Ago/2045
Usinas Eólicas - Renova Energia	Mar/2011 até Mai/2011	Mar/2046 até Mai/2046
Usinas Eólicas - Renova Energia	Abr/2012	Abr/2047
PCH Dores de Guanhões - Guanhões Energia	nov/2002	nov/2032
PCH Senhora do Pôrto - Guanhões Energia	out/2002	out/2032
PCH Jacaré - Guanhões Energia	out/2002	out/2032
PCH Fortuna II - Guanhões Energia	dez/2001	dez/2031

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579 e em 11 de janeiro de 2013 a MP foi convertida na Lei 12.783. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação das suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Considerando que as concessões da Companhia possuem vencimentos apenas a partir de 2026, as regras introduzidas pela MP 579 não afetam a Companhia de forma significativa neste momento, exceto pelo que se refere à definição do critério de indenização dos ativos no final da concessão a Valor Novo de Reposição (“VNR”), conforme descrito na nota explicativa nº 10.

### 3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 25 de Março de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais, preparadas para fins estatutários, de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com



a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto por não existir diferenças entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e a todas as entidades do Grupo.

a) Base de Consolidação

i. Investimento em controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. Os acordos de “joint venture”, que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação, são chamados de entidades controladas em conjunto. As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pelas controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, linha a linha.

ii. Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações financeiras individuais como nas demonstrações financeiras consolidadas, e são reconhecidos inicialmente pelo custo. As demonstrações financeiras incluem variações patrimoniais de

companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa começa a existir até a data em que aquela influência significativa cessa.

iii. Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando à operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que auferir da operação conjunta.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida.

b) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento.

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros

são designados ao valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como ao valor justo através do resultado compreendem equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

### **Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, contas a receber e outros créditos.

### **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem cauções e depósitos vinculados da controlada indireta em conjunto Renova Energia, incluídos na rubrica de outros créditos.

### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros e ajuste de expectativas de fluxos de caixa são reconhecidos na demonstração de resultado, enquanto as demais variações a valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem o ativo financeiro das concessões. A opção pela designação deste instrumento como disponível para venda deve-se à sua não classificação nas demais categorias descritas. Pelo fato de a Administração acreditar que a

indenização se dará conforme modelo de precificação de tarifas atual, o registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não seria possível, uma vez que a indenização não será fixa ou determinável e pelo fato de existirem incertezas em relação ao valor de sua recuperação, dadas outras razões que não a deterioração do crédito. As principais incertezas devem-se ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão, conforme critério do Valor Novo de Reposição (VNR).

#### ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros débitos.

#### iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de riscos relativos à variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são contabilizadas imediatamente no resultado.

#### iv. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

d) Ativo financeiro de concessões

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial (VNR) e classificados como disponíveis para venda. A Companhia adotou o modelo bifurcado para reconhecimento do ativo financeiro decorrente da indenização pelo Poder Concedente e o direito de exploração da concessão, que é classificado no intangível.

e) Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

Nota 06 - Consumidores, Concessionárias, permissionárias e clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa)

Nota 09 - Tributos Diferidos

Nota 19 - Provisões

Nota 20 - Contingências

Nota 21 - Benefícios Pós-Emprego

Nota 29 - Fornecimento e Suprimento de Energia (fornecimento não faturado)

f) Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia para os consumidores são: (i) consumidores com valores significativos, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico de recuperação da Companhia, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores, os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela Aneel.

g) Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado ou Intangível (depósito de obras).

h) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

i) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

São mensurados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzida da depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com estes serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A vida útil econômica estimada dos ativos está alinhada com aquelas estabelecidas pela Aneel. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 13. Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### j) Ativo intangível

#### i. Contratos de concessão e ativos de infraestrutura vinculados à concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecido em um contrato de concessão, é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subseqüente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

## ii. Pesquisa e Desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

## iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

## iv. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

## v. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. As vidas úteis estimadas para o período corrente estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.



k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

**Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, face às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012 e 2011 além da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente de recebíveis.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

1) Benefícios a empregados

i. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

## ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data das demonstrações financeiras, para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado, através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits do plano são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, em conformidade à Deliberação CVM nº 600/09.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e imediatamente transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

## iii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### iv. Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa, caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

#### v. Transações de pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício ou capitalizados durante a fase de construção dos parques eólicos da controladas em conjunto Renova durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Administração sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto funcionários e executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos.

#### m) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para contingência é constituída mediante avaliação e quantificação das ações, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

n) Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

i. Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. O faturamento de energia comercializada é efetuado mensalmente pelo suprimento de energia elétrica, conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

ii. Receita de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

iii. Receita de Construção

A receita do contrato compreende o valor inicial, acordado no contrato, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao

valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme previsto na Lei nº 11.941/09, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações nos critérios de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do exercício não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

#### q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

r) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

s) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de apresentação. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos exercícios e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

t) Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

i. Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazo de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 12,0% e é baseada na taxa livre de risco de 5,8% acrescentada de um risco de crédito de 5,9%. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.

ii. Outorgas onerosas de concessões

A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com outorgas onerosas de concessões a pagar ao Poder Concedente. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 13,1% e é baseada na taxa livre de risco de 5,8%, acrescentada de um risco de crédito de 6,9%. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.



u) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

v) Mudança de política contábil e ajustes nos saldos comparativos

- ✓ A Companhia alterou sua política contábil em relação ao registro dos ganhos ou perdas atuariais relacionados aos planos de pensão de benefício definido, que anteriormente eram imediatamente reconhecidos no resultado do exercício e passaram a ser reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, em conformidade à Deliberação CVM nº 600/09. Esta prática contábil permite uma informação mais relevante e será consistente nos próximos exercícios para o registro dos ganhos ou perdas atuariais. Essa alteração gerou um aumento no resultado do exercício de 2011 de R\$31.331 e uma redução no mesmo valor em outros resultados abrangentes. Não houve efeito no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2011 e nem em 31 de dezembro de 2011.
- ✓ Em 2010 foram registrados na Braslight os créditos referentes aos expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND no montante de R\$75.069, decorrentes de ação transitada em julgado. Em função de um ofício enviado pela PREVIC, a Fundação efetuou a baixa integral dos referidos créditos retroativamente ao exercício de 2010, o que impacta diretamente a Companhia. O efeito no patrimônio líquido da Companhia, em 1º de janeiro de 2011, foi uma redução de R\$40.899 e em 31 de dezembro de 2011 foi uma redução de R\$49.546. No exercício de 2011 houve uma redução no resultado abrangente no montante de R\$8.647, considerados imateriais pela administração da Companhia.
- ✓ Em 30 de março de 2012, a Administração concluiu a mensuração dos ativos e passivos decorrentes da aquisição de participação na Renova Energia (vide nota 12). A Companhia não espera que o valor alocado como mais valia da concessão dessa transação seja dedutível para fins fiscais. Diante disso, foi reconhecido o montante de R\$99.632 de passivo diferido, em contrapartida à mais valia da concessão, ativo intangível identificável, no intuito de não gerar alterações na alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorrente da amortização da mais valia, que foi iniciada a partir de julho de 2012, quando da entrada em operação dos parques eólicos da Renova Energia. Portanto, não houve nenhum efeito nem no resultado e nem do patrimônio líquido decorrente dessa operação.
- ✓ A Companhia optou por apresentar a receita de construção de ativos próprios de forma segregada na demonstração do valor adicionado para fins de melhor apresentação, bem como os tributos e contribuições, imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos de forma líquida no balanço patrimonial. Tais reclassificações não geraram efeito no resultado e nem no

patrimônio líquido decorrente dessa alteração, conforme apresentados nos quadros abaixo.

Diante disso, segue abaixo um quadro resumo com os ajustes e reclassificações nos saldos comparativos:

	Controladora		
	31/12/2010 Publicado	Ajuste	01/01/2011 Reapresentado
Balanço Patrimonial			
<u>Ativo não circulante</u>			
Investimento	3.356.788	(40.899)	3.315.889
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(40.899)	(40.899)
	Consolidado		
	31/12/2010 Publicado	Ajuste	01/01/2011 Reapresentado
Balanço Patrimonial			
<u>Ativo circulante</u>			
Tributos e contribuições	115.252	(11.022)	104.230
Imposto de renda e contribuição social	163.633	(162.112)	1.521
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributo Diferido	899.265	(697)	898.568
<u>Passivo circulante</u>			
Tributos e contribuições	119.238	(11.022)	108.216
Imposto de renda e contribuição social	230.931	(162.112)	68.819
<u>Passivo não circulante</u>			
Benefício pós emprego	920.630	61.968	982.598
Tributo Diferido	275.755	(21.766)	253.989
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Lucro (prejuízo) acumulados	-	(40.899)	(40.899)
	Controladora		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Balanço Patrimonial			
<u>Ativo não circulante</u>			
Investimento	3.155.002	(49.546)	3.105.456
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(49.546)	(49.546)

	Consolidado		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Balço Patrimonial			
<u>Ativo circulante</u>			
Tributos e contribuiões	158.962	(24.411)	134.551
Imposto de renda e contribuão social	111.649	(20.702)	90.947
<u>Ativo no circulante</u>			
Intangível	4.075.268	99.632	4.174.900
Tributo Diferido	811.464	24.947	836.411
<u>Passivo circulante</u>			
Tributos e contribuiões	108.760	(24.411)	84.349
Imposto de renda e contribuão social	60.974	(20.702)	40.272
<u>Passivo no circulante</u>			
Tributos Diferidos	243.335	99.056	342.391
Benefício ps emprego	1.015.615	75.069	1.090.684
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Lucro (prejuízo) acumulados	-	(49.546)	(49.546)

	Controladora		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstraço do resultado			
Resultado de equivalência patrimonial	320.502	31.331	351.833
Lucro líquido do exercício	310.647	31.331	341.978

	Consolidado		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstraço do resultado			
Despesas financeiras	(633.578)	47.471	(586.107)
Imposto de renda e contribuão social diferidos	(48.000)	(16.140)	(64.140)

	Controladora		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstraço do resultado abrangente			
Lucro líquido do exercício	310.647	31.331	341.978
Ganhos (perdas) sobre passivos atuariais, líquido	-	(39.978)	(39.978)

	Consolidado		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstraço do resultado abrangente			
Lucro líquido do exercício	310.647	31.331	341.978
Ganhos (perdas) sobre passivos atuarias	-	(39.978)	(39.978)

	Controladora		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstraço do fluxo de caixa			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuão social	310.647	31.331	341.978
Resultado de equivalência patrimonial	(320.502)	(31.331)	(351.833)

	Consolidado		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do fluxo de caixa			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	415.538	47.471	463.009
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	174.408	(47.471)	126.937
	Controladora		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do valor adicionado			
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	320.502	31.331	351.833
	Consolidado		
	31/12/2011 Publicado	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado
Demonstração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas referente à construção de ativos próprios	-	1.091.325	1.091.325
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.286.068)	(989.315)	(2.275.383)
Pessoal			
Remuneração direta	158.303	102.010	260.313
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	1.367.559	16.140	1.383.699
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	630.728	(47.471)	583.257
Remuneração de capital próprios			
Lucros retidos	15.532	31.331	46.863

A mudança de política contábil em relação ao registro dos ganhos ou perdas atuariais não gerou impacto relevante nas informações trimestrais do ano de 2012, bem como nas informações trimestrais comparativas do ano anterior, ambas objeto de revisão pelos auditores independentes. Não houve nenhuma alteração nos resultados trimestrais divulgados e os efeitos no patrimônio líquido não seriam diferentes dos ajustes apresentados acima, o que suportou o entendimento da Administração de não efetuar a reapresentação dos ITR's de 2012. Segue abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido de cada um dos trimestres:

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31/03/2011 Publicado	Ajuste	31/03/2011 Reapresentado	31/03/2012 Publicado	Ajuste	31/03/2012 Reapresentado
Balço Patrimonial						
<u>Patrimônio Líquido</u>	3.496.469	(40.899)	3.455.570	3.361.436	(49.546)	3.311.890
Demonstração do resultado						
<u>Lucro líquido do período</u>	166.325	-	166.325	140.062	-	140.062
	30/06/2011 Publicado	Ajuste	30/06/2011 Reapresentado	30/06/2012 Publicado	Ajuste	30/06/2012 Reapresentado
Balço Patrimonial						
<u>Patrimônio Líquido</u>	3.327.428	(40.899)	3.286.529	3.219.707	(49.546)	3.170.161
Demonstração do resultado						
<u>Lucro líquido do período</u>	211.665	-	211.665	179.834	-	179.834
	30/09/2011 Publicado	Ajuste	30/09/2011 Reapresentado	30/09/2012 Publicado	Ajuste	30/09/2012 Reapresentado
Balço Patrimonial						
<u>Patrimônio Líquido</u>	3.325.827	(40.899)	3.284.928	3.232.452	(49.546)	3.182.906
Demonstração do resultado						
<u>Lucro líquido do período</u>	210.064	-	210.064	263.955	-	263.955

w) Normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (i) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. A Companhia está analisando os impactos dessas alterações nas demonstrações financeiras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (ii) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle. A Administração não espera impactos relevantes decorrentes dessa nova norma.

IFRS 11 - Acordos de Participação (ii) - substitui o IAS 31 e estabelece como um acordo de controle conjunto deve ser classificado nas demonstrações financeiras. De acordo com a norma, a estrutura de um negócio em conjunto não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio e, conseqüentemente, da respectiva contabilização. Os empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) serão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e o método de consolidação proporcional não será mais permitido. A Companhia deixará de consolidar proporcionalmente, a partir de janeiro de 2013, as suas controladas em conjunto Renova Energia, Guanhões Energia, EBL, Lightger, Axxiom, Amazônia Energia e E-Power. Essas alterações não trarão impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, haverá alterações nas rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos.

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (ii) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação, de acordo com a IFRS 12, são mais abrangentes do que as normas atuais. A Administração está analisando os efeitos desta norma e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes além de um aumento na divulgação de suas controladas em conjunto.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (ii) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. A Companhia está analisando os impactos nas demonstrações financeiras.

Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangentes (iii) - permitem apresentar o resultado e outros resultados abrangentes em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outros resultados abrangentes de forma que os itens de outros resultados abrangentes sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (ii) - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos, sendo as principais: a) eliminação do “método do corredor”; b) reconhecimento imediato no resultado dos custos de serviços passados; c) reconhecimento dos ganhos e prejuízos atuariais em outros resultados abrangentes, conforme ocorram; e d) substituição das despesas com juros e do retorno esperado sobre os ativos do plano por um valor de “juro líquido”, apurado através da aplicação da taxa de

desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. Como a prática adotada pela Companhia já é o reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes, a Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (ii) - refletem modificações da contabilização de participação não controladora e tratam principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (ii): As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (i) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “*impairment*” de acordo com a IAS 36 - “*Impairment*” de Ativos; (ii) que qualquer perda por “*impairment*” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (iii) que as reversões de “*impairment*” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

Modificações à IFRS 7 e IAS 32 - *Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities* (ii) e (iv) - As alterações à IAS 32 esclarecem os requisitos para compensação de instrumentos financeiros e as alterações à IFRS 7 introduzem novos requisitos de divulgação para ativos e passivos financeiros que são compensados no balanço patrimonial. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

- (i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
- (ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- (iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
- (iv) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Numerário disponível	200	152	386	84.703	81.138	36.028
Aplicações Financeiras de liquidez imediata						
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	45.269	54.905	37.909	292.904	691.410	478.081
Total	<u>45.469</u>	<u>55.057</u>	<u>38.295</u>	<u>377.607</u>	<u>772.548</u>	<u>514.109</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional,

contratadas em condições e taxas de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de rendimento em caso de resgate antecipado. As aplicações são remuneradas a taxas que variam entre 98,5% até 103,0% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 33.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Estes papéis são representados por Certificado de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado, no montante de R\$15.266 (R\$8.171 em 31 de dezembro de 2011 e R\$11.122 em 01 de janeiro de 2011) nas demonstrações financeiras consolidadas, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia, valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica ou aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses, com perda significativa de rendimento em caso de resgate antecipado.

## 6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

CIRCULANTE	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Fornecimento faturado	1.455.853	1.756.814	1.912.492
Fornecimento não faturado	400.234	295.153	277.339
Parcelamento de débitos	143.336	171.227	154.896
Outras contas a receber	250	238	489
	<u>1.999.673</u>	<u>2.223.432</u>	<u>2.345.216</u>
Comercialização no âmbito da CCEE	782	7.083	5.546
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	167.621	48.510	46.444
	<u>168.403</u>	<u>55.593</u>	<u>51.990</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(721.905)	(895.405)	(1.058.502)
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<u><b>1.446.171</b></u>	<u><b>1.383.620</b></u>	<u><b>1.338.704</b></u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Parcelamento de débitos	265.502	267.530	276.092
Outras contas a receber	24.054	31.008	20.169
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<u><b>289.556</b></u>	<u><b>298.538</b></u>	<u><b>296.261</b></u>

Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação relevante de renegociação de dívida dos consumidores (parcelamento de débitos), com base na taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, sendo em média 1% a.m.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

No exercício de 2012, foram realizadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$456.102 (R\$414.410 durante o exercício de 2011), principalmente relacionados a



títulos vencidos há longa data, e dentro dos critérios de dedutibilidade fiscal. As baixas foram realizadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

Fornecimento Faturado e Parcelamento	Saldos a vencer	Saldos vencidos		TOTAL			PCLD		
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Residencial	197.116	141.110	410.339	748.565	1.076.732	1.208.691	(373.982)	(615.747)	(787.040)
Industrial	26.617	16.055	113.296	155.968	190.982	202.264	(37.068)	(38.768)	(39.998)
Comercial	182.310	46.627	318.833	547.770	503.736	485.408	(253.039)	(236.649)	(223.865)
Rural	681	401	736	1.818	1.668	1.568	(621)	(589)	(499)
Poder Público	110.439	18.986	97.891	227.316	163.060	172.723	(46.144)	(3.642)	(4.920)
Iluminação Pública	15.393	3.213	23.805	42.411	38.713	39.666	(11.000)	-	(1.635)
Serviço Público	111.206	16.476	13.161	140.843	220.680	233.160	(51)	(10)	(546)
Total - Circulante e Não Circulante	<u>643.762</u>	<u>242.868</u>	<u>978.061</u>	<u>1.864.691</u>	<u>2.195.571</u>	<u>2.343.480</u>	<u>(721.905)</u>	<u>(895.405)</u>	<u>(1.058.502)</u>

Seguem abaixo as movimentações da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD consolidada nos exercícios:

Saldo em 01 de janeiro de 2011	<u>1.058.502</u>
Adições / Reversões	251.313
Baixas	(414.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>895.405</u>
Adições / Reversões	282.602
Baixas	(456.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>721.905</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa nº 33.

## 7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

CIRCULANTE	Controladora		
	Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
PIS/COFINS a pagar	1.563	8.843	-
ICMS a pagar	12	12	13
Outros	65	56	17
Total	1.640	8.911	30

CIRCULANTE	Consolidado					
	Ativo			Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado
ICMS a compensar	141.169	107.634	80.080	-	-	-
ICMS a pagar	-	-	-	16.009	13.669	23.833
Parcelamento - Lei 11.941/09	-	-	-	18.069	16.924	21.633
PIS/COFINS a compensar	36.889	8.886	6.913	-	-	-
PIS/COFINS a pagar	-	-	-	35.686	38.958	50.212
Outros	21.124	18.031	17.237	16.027	14.798	12.538
Total	199.182	134.551	104.230	85.791	84.349	108.216
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamento - Lei 11.941/09	-	-	-	195.751	200.263	177.699
ICMS a compensar	118.878	95.622	57.908	-	-	-
Total	118.878	95.622	57.908	195.751	200.263	177.699

Em relação ao Parcelamento Lei 11.941/09, conforme consolidação da Receita Federal do Brasil efetuada em 27 de junho de 2011, a controlada Light SESA vem procedendo aos pagamentos das parcelas mensais, o que totalizou R\$18.140 até 31 de dezembro de 2012 (R\$16.632 até 31 de dezembro de 2011). O saldo do parcelamento está atualizado pela taxa SELIC, cuja atualização encontra-se registrada no resultado do exercício, no montante de R\$14.773 (R\$20.844 em 31 de dezembro de 2011).

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CIRCULANTE	Controladora					
	Ativo			Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Créditos fiscais – IRPJ e CSLL	3.839	3.380	1.080	-	-	-
IRRF a pagar	-	-	-	2	2	1
Antecipação de IRPJ / CSLL	19	15	-	-	-	-
Total	3.858	3.395	1.080	2	2	1
Consolidado						
CIRCULANTE	Ativo			Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado
Créditos fiscais – IRPJ e CSLL	11.443	13.428	1.521	-	-	-
IRRF a pagar	-	-	-	451	620	523
Antecipação de IRPJ / CSLL	219	77.519	-	-	-	-
Provisão de IRPJ / CSLL	-	-	-	49.902	39.652	68.296
Total	11.662	90.947	1.521	50.353	40.272	68.819

## 9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado								
	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
				Reapresentado			Reapresentado		
	Ativo IR / CSLL	Passivo IR / CSLL	Líquido IR / CSLL	Ativo IR / CSLL	Passivo IR / CSLL	Líquido IR / CSLL	Ativo IR / CSLL	Passivo IR / CSLL	Líquido IR / CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	238.440	-	238.440	297.427	-	297.427	357.497	-	357.497
Provisão para participação nos lucros e resultados	6.205	-	6.205	6.375	-	6.375	6.552	-	6.552
Provisões para contingências trabalhistas	64.081	-	64.081	50.538	-	50.538	57.761	-	57.761
Provisões para contingências fiscais	69.728	-	69.728	63.234	-	63.234	57.003	-	57.003
Provisões para contingências cíveis	62.512	-	62.512	63.489	-	63.489	66.672	-	66.672
Ativos regulatórios não reconhecidos pelo IFRS	143.423	-	143.423	43.825	-	43.825	32.886	-	32.886
Complemento de plano de pensão - CVM 600	106.478	-	106.478	12.945	-	12.945	-	-	-
Outros	26.172	-	26.172	8.409	-	8.409	50.273	(21.217)	29.056
Prejuízos fiscais	201.394	-	201.394	211.558	-	211.558	211.249	-	211.249
Base negativa de contribuição social	75.528	-	75.528	79.187	-	79.187	80.441	-	80.441
Remuneração do ativo financeiro	-	(138.773)	(138.773)	-	-	-	-	-	-
Passivos regulatórios não reconhecidos pelo IFRS	-	(19.585)	(19.585)	-	-	-	-	-	-
Custo atribuído Light Energia	-	(233.275)	(233.275)	-	(243.335)	(243.335)	-	(254.538)	(254.538)
Mais valia da concessão	-	(92.319)	(92.319)	-	(99.632)	(99.632)	-	-	-
Ativo/ (Passivo) tributário diferido bruto	993.961	(483.952)	510.009	836.987	(342.967)	494.020	920.334	(275.755)	644.579
Apresentação pelo líquido	(163.728)	163.728	-	(576)	576	-	(21.766)	21.766	-
Ativo/ (Passivo) tributário diferido líquido	830.233	(320.224)	510.009	836.411	(342.391)	494.020	898.568	(253.989)	644.579

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda diferido para os exercícios:

ATIVO	Saklo em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	Aquisição de participações em controladas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saklo em 31 de dezembro de 2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	297.427	-	(58.987)	-	238.440
Provisão para participação nos lucros e resultados	6.375	-	(170)	-	6.205
Provisões para contingências trabalhistas	50.538	-	13.543	-	64.081
Provisões para contingências fiscais	63.234	-	6.494	-	69.728
Provisões para contingências cíveis	63.489	-	(977)	-	62.512
Ativos regulatórios não reconhecidos pelo IFRS	43.825	-	99.598	-	143.423
Complemento de plano de pensão - CVM 600	12.945	-	-	93.533	106.478
Outros	8.409	-	17.763	-	26.172
Prejuízo fiscal	211.558	-	(10.164)	-	201.394
Base negativa de contribuição social	79.187	-	(3.659)	-	75.528
	836.987	-	63.441	93.533	993.961

PASSIVO	Saklo em 31 de dezembro de 2010 Reapresentado	Aquisição de participações em controladas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saklo em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado
Custo atribuído imobilizado Light Energia	(243.335)	-	10.060	-	(233.275)
Mais valia da concessão	(99.632)	(8.360)	15.673	-	(92.319)
Remuneração do Ativo Financeiro	-	-	(138.773)	-	(138.773)
Passivos regulatórios não reconhecidos pelo IFRS	-	-	(19.585)	-	(19.585)
	(342.967)	(8.360)	(132.625)	-	(483.952)

ATIVO	Saklo em 31 de dezembro de 2010 Reapresentado	Aquisição de participações em controladas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saklo em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	357.497	-	(60.070)	-	297.427
Provisão para participação nos lucros e resultados	6.552	-	(177)	-	6.375
Provisões para contingências trabalhistas	66.672	-	(16.134)	-	50.538
Provisões para contingências fiscais	57.003	-	6.231	-	63.234
Provisões para contingências cíveis	57.761	-	5.728	-	63.489
Ativos regulatórios não reconhecidos pelo IFRS	32.886	-	10.939	-	43.825
Complemento de plano de pensão - CVM 600	-	-	-	12.945	12.945
Outros	50.273	-	(41.864)	-	8.409
Prejuízo fiscal	211.249	-	309	-	211.558
Base negativa de contribuição social	80.441	-	(1.254)	-	79.187
	920.334	-	(96.292)	12.945	836.987

PASSIVO	Saklo em 31 de dezembro de 2010 Reapresentado	Aquisição de participações em controladas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saklo em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado
Custo atribuído imobilizado Light Energia	(254.537)	-	11.202	-	(243.335)
Mais valia da concessão	-	(99.632)	-	-	(99.632)
Outros - Light SESA - IFRS	(21.218)	-	21.218	-	-
	(275.755)	(99.632)	32.420	-	(342.967)

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até dezembro de 2012, o estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2012, aprovadas pelo Conselho de Administração. O estudo de

viabilidade indica a recuperação do saldo em até oito anos. A seguir, são apresentados os montantes estimados deste ativo fiscal diferido por ano de realização.

2013	309.085
2014	187.321
2015	107.802
2016	184.987
2017	49.511
2018	56.270
2019	73.813
2020	25.172
Total bruto - Consolidado	<u>993.961</u>

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011 Reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	423.923	341.978	602.141	463.009
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas pela legislação vigente	144.134	116.273	(204.728)	(157.423)
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	-	-	(9.613)	5.691
Equivalência patrimonial	(150.051)	(119.624)	438	-
Despesas Juros sobre Capital Próprio	(3.718)	(3.008)	36.903	29.496
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	10.248	6.359	(392)	(598)
IRPJ e CSLL - Lightiger - Lucro Presumido	-	-	(1.123)	-
Incentivos Fiscais	-	-	3.424	1.681
Outros	(613)	-	(3.127)	122
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(178.218)	(121.031)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	(109.034)	(56.891)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(69.184)	(64.140)
	-	-	(178.218)	(121.031)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	29,6%	26,1%

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$36.095 (R\$57.162 no consolidado), tendo em vista as incertezas na sua realização.

## 10. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

A Resolução Normativa Aneel nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Considerando que essa alteração implicou, em média, em um alongamento da vida útil dos referidos bens, houve uma diminuição da despesa de amortização do ativo intangível e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma rebifurcação da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no

ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão em junho de 2026 e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 2012, na reclassificação de R\$118.288 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A MP 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, determinou que o cálculo da indenização do ativo financeiro, correspondente às parcelas dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão, utilizará a metodologia de valor novo de reposição (“VNR”). No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de indenizar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculada à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2012, a controlada Light SESA registrou o valor referente à diferença entre o valor novo de reposição e o custo histórico, pela expectativa de recebimento do fluxo de caixa, no montante de R\$408.158, no resultado do exercício, em outras receitas operacionais.

A movimentação dos saldos, líquidos de obrigações especiais, referentes ao ativo indenizável (Concessão), nos exercícios de 2012 e 2011, está assim apresentada:

Saldo em 01 de janeiro de 2011	<u>469.030</u>
Adições	187.443
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>656.473</u>
Adições	390.430
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (VNR)	408.158
Reclassificação Resolução ANEEL nº 474/12	118.288
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.573.349</u>

## 11. OUTROS CRÉDITOS

CIRCULANTE	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Adiantamento a Fornecedores e Empregados	158	156	18	45.481	32.915	38.065
Contas a receber de alienação de imóveis	-	-	-	12.046	12.130	12.130
Contribuição Iluminação Pública	-	-	-	52.902	54.999	48.399
Dispêndios a Reembolsar	-	-	-	27.043	23.484	8.111
Subvenção Baixa Renda	-	-	-	10.275	12.654	19.584
Contrato de mútuo com a Lightger	-	11.606	21.875	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados - Renova Energia	-	-	-	5.596	-	-
Outros *	6.507	2.001	1.967	21.527	37.368	26.684
<b>Total</b>	<b>6.665</b>	<b>13.763</b>	<b>23.860</b>	<b>174.870</b>	<b>173.550</b>	<b>152.973</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Bens e Direitos Destinados a Alienação	-	-	-	2.147	7.213	7.226
Cauções e depósitos vinculados - Renova Energia	-	-	-	18.239	-	-
Outros	-	-	-	829	766	639
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.215</b>	<b>7.979</b>	<b>7.865</b>

\* Referente a outros créditos de naturezas diversas

## 12. INVESTIMENTOS

Avaliados por equivalência patrimonial:	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Light SESA	2.188.815	2.265.111	2.400.653	-	-	-
Light Energia	578.819	669.582	815.593	-	-	-
Light Esco	108.904	55.072	37.787	-	-	-
LightCom	9.017	5.821	2.733	-	-	-
Light Soluções	2.042	1.520	50	-	-	-
Lightger	41.909	40.678	36.767	-	-	-
Itaocara Energia (a)	24.567	23.472	16.067	-	-	-
Axxiom	5.160	4.427	2.304	-	-	-
Amazônia Energia (a)	69.576	37.545	-	-	-	-
E-Power (a)	132	140	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.028.941</b>	<b>3.103.368</b>	<b>3.311.954</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ágio por rentabilidade futura	2.092	2.088	2.034	-	-	-
Outros Investimentos permanentes	-	-	1.901	91.855	54.086	17.586
<b>Subtotal</b>	<b>2.092</b>	<b>2.088</b>	<b>3.935</b>	<b>91.855</b>	<b>54.086</b>	<b>17.586</b>
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>3.031.033</b>	<b>3.105.456</b>	<b>3.315.889</b>	<b>91.855</b>	<b>54.086</b>	<b>17.586</b>

(a) Empresas em fase pré-operacional

- Aquisição de participação na Renova Energia S.A. “Renova Energia”

Em 17 de agosto de 2011, a controlada Light Energia S.A. adquiriu 34,85% das ações ordinárias da Renova e 25,9% do seu capital total, passando a integrar o grupo de controle que pertencia à RR Participações S.A. Por meio de acordo de acionistas, foi estabelecido o controle em conjunto entre a controlada Light Energia e a RR participações S.A. O valor dos ativos líquidos adquiridos era de R\$360.000. A diferença entre o valor pago de R\$360.000 e o valor contábil de R\$163.288 refere-se à mais valia da concessão, ativo intangível identificável com vida útil definida alocado no intangível no balanço consolidado. Esse ativo será amortizado pelos prazos das concessões a partir da entrada em operação de cada uma delas.

Apresentamos abaixo um quadro com os ativos líquidos adquiridos da Renova Energia:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo circulante	136.145
Ativo imobilizado	243.814
Ativo intangível	296.344
Demais ativos não circulantes	5.158
Passivos circulantes	101.213
Passivos não circulantes	220.248
Total líquido de ativos identificáveis	360.000

Os montantes decorrentes da aquisição de participação na Renova Energia foram devidamente eliminados nas suas respectivas rubricas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2011.

- Aquisição de participação na Guanhães Energia S.A. (controle em conjunto)

Em 28 de agosto de 2012, a controlada Light Energia S.A. finalizou a operação de aquisição de participação na Guanhães Energia, onde adquiriu 51% das ações ordinárias, que pertenciam a Investminas Participações S.A. A Guanhães Energia foi criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dorcas de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais e que totalizam 44,80 MW de Potência Instalada. A entrada em operação comercial da primeira PCH está prevista para ocorrer em outubro de 2013 e da última em fevereiro de 2014. A Guanhães Energia S.A. é controlada em conjunto pela controlada Light Energia S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

O valor dos ativos líquidos adquiridos era de R\$26.586. A diferença entre o valor pago de R\$26.586 e o valor contábil de R\$10.357 refere-se à mais valia da concessão, ativo intangível identificável com vida útil definida, alocado no intangível no balanço consolidado. Esse ativo será amortizado pelos prazos das concessões a partir da entrada em operação de cada uma delas.

Apresentamos abaixo um quadro com os ativos líquidos adquiridos da Guanhães Energia:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo circulante	11.286
Ativo imobilizado	10.727
Ativo intangível	24.589
Demais ativos não circulantes	159
Passivos circulantes	37
Passivos não circulantes	9.253
Total líquido de ativos identificáveis	26.586

- Diluição de participação na Renova Energia S.A.

Em 13 de julho de 2012, a Renova Energia S.A. e a BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), celebraram um acordo por meio do qual a BNDESPAR ingressaria no capital social da Renova Energia.

Em 26 de setembro de 2012 foi finalizada esta operação, onde foram subscritas e integralizadas 23.059.239 ações ordinárias e 4.875.036 ações preferenciais pela BNDESPAR, decorrentes da cessão gratuita do direito de preferência por RR Participações S.A., Light Energia S.A. e InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações à BNDESPAR no âmbito do aumento de capital, ao preço de emissão de R\$9,3334 por ação, totalizando R\$314.702.

Após a entrada da BNDESPAR no capital social da Renova Energia S.A., o percentual de participação da controlada Light Energia S.A. na Renova Energia S.A. passou de 25,9% para 22,0%. Essa operação gerou um ganho de equivalência patrimonial na controlada Light Energia de R\$15.912.

Seguem abaixo os montantes decorrentes da diluição de participação na Renova Energia, que foram devidamente eliminados nas suas respectivas rubricas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2012:

Imobilizado	60.040
Intangível	43.479
Outros ativos	2.373
Empréstimos e financiamentos	35.113
Outros passivos	6.912



## Informações sobre as companhias controladas e controladas em conjunto

31/12/2012	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Dividendos e JCP a pagar	Dividendos e JCP Pagos	Lucro / (Prejuízo) do exercício	Total Ativo
Light SESA	100,0	2.082.365	2.188.815	(12.877)	(282.493)	288.995	8.968.355
Light Energia	100,0	77.422	578.819	(5.028)	(217.927)	133.706	2.399.532
Light Esco	100,0	79.584	108.904	(972)	(2.102)	13.715	155.789
LightCom	100,0	4.500	9.017	(63)	(1.380)	3.671	31.400
Light Soluções	100,0	1.350	2.042	(270)	-	904	2.496
Instituto Light	100,0	300	-	-	-	-	1
Lightger	51,0	40.408	41.909	-	-	1.231	112.816
Itaocara Energia	100,0	29.562	24.567	-	-	1.812	61.344
Axxiom	51,0	4.692	5.160	-	-	879	8.382
Amazônia Energia	25,5	71.059	69.576	-	-	(1.288)	69.659
E-Power	20,0	777	132	-	-	(494)	459

31/12/2011	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Dividendos e JCP a pagar	Dividendos e JCP Pagos	Lucro / (Prejuízo) do exercício	Total Ativo
Light SESA	100,0	2.082.365	2.265.111	(84.453)	(259.534)	247.753	8.701.072
Light Energia	100,0	77.422	669.582	(5.574)	(230.704)	90.750	2.183.389
Light Esco	100,0	17.584	55.072	(2.269)	-	9.554	83.972
LightCom	100,0	1.000	5.821	(962)	-	4.050	25.399
Light Soluções	100,0	1.350	1.520	-	-	223	1.752
Instituto Light	100,0	300	-	-	-	-	2
Lightger	51,0	40.408	40.678	-	-	(754)	104.462
Itaocara Energia	100,0	29.562	23.472	-	-	136	86.525
Axxiom	51,0	4.692	4.427	-	-	1.103	6.526
Amazônia Energia	25,5	37.740	37.545	-	-	(195)	37.545
E-Power	20,0	376	140	-	-	(196)	317

01/01/2011	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Dividendos Propostos	Dividendos Pagos	Lucro / (Prejuízo) do exercício	Total Ativo
Light SESA	100,0	2.082.365	2.400.653	(23.346)	(89.546)	475.316	7.886.476
Light Energia	100,0	77.422	815.593	(21.066)	-	88.697	2.399.532
Light Esco	100,0	7.584	37.787	(3.102)	-	13.064	68.161
LightCom	100,0	1.000	2.733	(540)	-	2.273	18.831
Light Soluções (anteriormente Lighthidro)	100,0	50	50	-	-	-	67
Instituto Light	100,0	300	-	-	-	-	2
Itaocara Energia	100,0	22.294	16.067	-	-	(47)	145.003
Lightger	51,0	35.473	36.767	-	-	13	48.819
Axxiom	51,0	3.672	2.304	-	-	78	4.216

## Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto

	31/12/2011 Reapresentado	Aumento de capital	Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Outros	Equivalência Patrimonial	31/12/2012
Light SESA	2.265.111	-	(238.994)	(126.299)	2	288.995	2.188.815
Light Energia	669.582	-	(219.104)	(5.364)	(1)	133.706	578.819
Light Esco	55.072	42.000	(1.144)	(201)	(538)	13.715	108.904
LightCom	5.821	-	(75)	(12)	(388)	3.671	9.017
Light Soluções	1.520	-	(217)	-	(165)	904	2.042
Lightger	40.678	-	-	-	-	1.231	41.909
Itaocara Energia	23.472	-	-	-	(717)	1.812	24.567
Axxiom	4.427	-	(146)	-	-	879	5.160
Amazônia Energia	37.545	33.318	-	-	1	(1.288)	69.576
E-Power	140	486	-	-	-	(494)	132

	01/01/2011	Aumento de capital	Dividendos obrigatórios e JCP	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e JCP Pagos	Outros	Equivalência Patrimonial	31/12/2011 Reapresentado
Light SESA	2.400.653	-	(84.453)	(39.308)	(259.534)	-	247.753	2.265.111
Light Energia	815.593	-	(5.574)	(482)	(230.704)	(1)	90.750	669.582
Light Esco	37.787	10.000	(2.269)	-	-	-	9.554	55.072
LightCom	2.733	-	(962)	-	-	-	4.050	5.821
Light Soluções	50	1.300	(53)	-	-	-	223	1.520
Lightger	36.767	4.665	-	-	-	-	(754)	40.678
Itaocara Energia	16.067	7.268	-	-	-	1	136	23.472
Axxiom	2.304	1.020	-	-	-	-	1.103	4.427
Amazônia Energia	-	37.740	-	-	-	-	(195)	37.545
E-Power	-	234	-	-	-	-	(94)	140

Os saldos integrais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2012, cuja consolidação foi proporcional, são como segue:

	AXXIOM	E-POWER	AMAZÔNIA	LIGHTGER
<b>ATIVO</b>				
Circulante	10.830	145	722	32.909
Não Circulante	5.604	2.149	272.454	188.300
<b>Total do Ativo</b>	<b>16.434</b>	<b>2.294</b>	<b>273.176</b>	<b>221.209</b>
<b>PASSIVO</b>				
Circulante	6.316	877	328	21.563
Não Circulante	-	-	-	117.472
Patrimônio líquido	10.118	1.417	272.848	82.174
<b>Total do Passivo</b>	<b>16.434</b>	<b>2.294</b>	<b>273.176</b>	<b>221.209</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>				
Receita líquida de vendas	23.365	-	-	21.237
Custos das vendas	(17.411)	-	-	(14.791)
<b>Lucro bruto</b>	<b>5.954</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.446</b>
Despesas gerais e administrativas	(4.400)	(2.455)	-	(9.418)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(15)	(5.050)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>84</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.967</b>
 Lucro antes do IR e CSLL	 1.638	 (2.470)	 (5.050)	 6.995
Imposto de renda e contribuição social	86	-	-	(4.581)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.724</b>	<b>(2.470)</b>	<b>(5.050)</b>	<b>2.414</b>

### 13. IMOBILIZADO

	Taxa Média Anual	Consolidado			
		31/12/2012		31/12/2011	01/01/2011
		Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração	3,32	3.107.868	(1.557.318)	1.550.550	1.247.770
Transmissão	3,91	77.424	(43.140)	34.284	15.429
Distribuição	10,27	33.002	(28.114)	4.888	9.913
Administração	7,96	317.845	(193.920)	123.925	119.477
Comercialização	7,96	14.849	(8.568)	6.281	2.731
<b>Em Serviço</b>		<b>3.550.988</b>	<b>(1.831.060)</b>	<b>1.719.928</b>	<b>1.395.320</b>
 Geração	 3,32	 362.132	 -	 362.132	 496.135
Administração	7,96	138.504	-	138.504	94.378
<b>Em Curso</b>		<b>500.636</b>	<b>-</b>	<b>500.636</b>	<b>590.513</b>
 <b>TOTAL IMOBILIZADO</b>		<b>4.051.624</b>	<b>(1.831.060)</b>	<b>2.220.564</b>	<b>1.985.833</b>

## Segue abaixo a mutação do imobilizado:

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2011	Adições *	Baixas	Saldos em 31/12/2012
<b>IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO</b>				
<b>Custo</b>				
Terrenos	105.130	-	-	6.187
Reservatório, barragens e adutoras	1.278.923	2.032	(1.939)	47.492
Edificações, obras civis e benfeitorias	270.244	-	(31)	19.360
Máquinas e equipamentos	1.337.104	-	(2.784)	336.296
Veículos	29.849	-	(15.151)	126
Móveis e utensílios	134.993	-	(11)	3.168
<b>Total da Imobilização em Serviço - Custo</b>	<b>3.156.243</b>	<b>2.032</b>	<b>(19.916)</b>	<b>412.629</b>
<b>(-) Depreciação</b>				
Reservatório, barragens e adutoras	(779.535)	(21.642)	-	(9)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(157.208)	(6.427)	-	211
Máquinas e equipamentos	(690.487)	(47.503)	331	(233)
Veículos	(23.547)	(1.206)	10.788	-
Móveis e utensílios	(110.146)	(4.452)	3	2
<b>Total da Imobilização em Serviço/Depreciação</b>	<b>(1.760.923)</b>	<b>(81.230)</b>	<b>11.122</b>	<b>(29)</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>				
Terreno	1.517	1.699	(3)	(681)
Reservatório, barragens e adutoras	126.373	47.669	-	(136.559)
Edificações, obras civis e benfeitorias	88.985	28.151	-	(9.282)
Máquinas e equipamentos	254.285	138.250	(2)	(201.206)
Veículos	898	-	-	(121)
Móveis e utensílios	28.726	107.851	(1.270)	(62.539)
Estudos e Projetos	89.729	378	-	(2.212)
<b>Total da Imobilização em Curso</b>	<b>590.513</b>	<b>323.998</b>	<b>(1.275)</b>	<b>(412.600)</b>
<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>	<b>1.985.833</b>	<b>244.800</b>	<b>(10.069)</b>	<b>-</b>

\* Inclui diluição da participação na Renova Energia S.A.

	Consolidado			
	Saldos em 01/01/2011	Adições *	Baixas	Saldos em 31/12/2011
<b>IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO</b>				
<b>Custo</b>				
Terrenos	105.026	154	(50)	-
Reservatório, barragens e adutoras	1.250.703	28.220	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	255.954	14.577	(287)	-
Máquinas e equipamentos	1.245.946	94.650	(3.492)	-
Veículos	32.491	9.278	(11.920)	-
Móveis e utensílios	127.073	7.939	(19)	-
<b>Total da Imobilização em Serviço - Custo</b>	<b>3.017.193</b>	<b>154.818</b>	<b>(15.768)</b>	<b>-</b>
<b>(-) Depreciação</b>				
Reservatório, barragens e adutoras	(756.181)	(23.354)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(149.576)	(7.865)	233	-
Máquinas e equipamentos	(654.084)	(37.787)	1.384	-
Veículos	(27.898)	(2.781)	7.132	-
Móveis e utensílios	(101.518)	(8.635)	7	-
<b>Total da Imobilização em Serviço Depreciação</b>	<b>(1.689.257)</b>	<b>(80.422)</b>	<b>8.756</b>	<b>-</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>				
Terreno	-	2.053	-	(536)
Reservatório, barragens e adutoras	77.614	77.171	-	(28.412)
Edificações, obras civis e benfeitorias	44.511	45.083	-	(609)
Máquinas e equipamentos	118.790	197.856	-	(62.361)
Veículos	10.055	169	-	(9.326)
Móveis e utensílios	13.589	76.140	-	-
Estudos e Projetos	36.398	1.985	-	(9.657)
<b>Total da Imobilização em Curso</b>	<b>300.957</b>	<b>400.457</b>	<b>-</b>	<b>(110.901)</b>
<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>	<b>1.628.893</b>	<b>474.853</b>	<b>(7.012)</b>	<b>(110.901)</b>

\* Inclui aquisição de participação na Renova Energia S.A.

(i) Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens e de acordo com a Resolução Aneel nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	2,70
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Reserv., barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas e PCHs preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado às controladas e controladas em conjunto, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsado pelo Poder Concedente.

No exercício de 2012, foi incorporado ao Ativo Imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$6.868 (R\$9.592 em 2011), registrado por transferência e em contrapartida ao resultado financeiro.

Os parques eólicos da controlada indireta em conjunto Renova Energia, referente ao Leilão de Energia de Reserva 2009 (LER 2009), entraram em operação durante o exercício de 2012.

(ii) Consórcios

- Consórcio UHE Itaocara

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, conforme Despacho Aneel nº 3.467, de 18 de setembro de 2008. A Companhia, por meio da controlada Itaocara Energia, participa do consórcio UHE Itaocara, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, 49,0%. O consórcio destina-se à exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Os saldos ativos e passivos referentes à participação no Consórcio são incorporados aos saldos da controlada. Em 28 de dezembro de 2011, foi concedida a licença previa pelo IBAMA e atualmente está em processo de obtenção da licença de instalação, que permitirá o início das obras.

- Consórcio Maracanã Solar

A Companhia, por meio da controlada Light ESCO S.A., participa do Consórcio Maracanã Solar, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Elétrica Ltda. – EDF Consultoria, 49%. O consórcio

destina-se ao desenvolvimento, construção e operação de uma Usina fotovoltaica, com capacidade de 391 kW, a ser instalada na cobertura do estádio do Maracanã.

- Consórcio UHE Água Limpa

A Companhia, por meio da controlada Light Energia S.A., participa do Consórcio UHE Água Limpa, no Estado do Mato Grosso, com participação de 51%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A – CEMIG GT, 49%. O consórcio tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial do empreendimento. Nenhum gasto significativo foi incorrido até 31 de dezembro de 2012.

#### 14. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	31/12/2012			31/12/2011	01/01/2011
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Reapresentado Valor Líquido	Valor Líquido
Intangível					
Direito de uso da concessão	6.922.563	(3.699.954)	3.222.609	3.052.040	2.678.328
Outros	526.550	(428.298)	98.252	96.747	84.805
Em Serviço	7.449.113	(4.128.252)	3.320.861	3.148.787	2.763.133
Direito de uso da concessão	493.879	-	493.879	799.364	788.111
Outros	202.317	-	202.317	226.749	62.528
Em Curso	696.196	-	696.196	1.026.113	850.639
TOTAL INTANGÍVEL (a)	8.145.309	(4.128.252)	4.017.057	4.174.900	3.613.772

- a) Líquido de obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O saldo das obrigações especiais em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$153.288 (R\$150.892 em 31 de dezembro de 2011 e R\$200.424 em 01 de janeiro de 2011).

Os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados e em conformidade com o ICPC 01, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrado no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão, e a outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebido como indenização ao final da concessão.

O intangível em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$92.843 (R\$81.444 em 31 de dezembro de 2011 e R\$43.808 em 01 de janeiro de 2011) e provisão para desvalorização de estoque de R\$2.104 (R\$5.749 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus demais ativos intangíveis.

No exercício de 2012, foi incorporado ao Ativo Intangível, a título de capitalização de juros, o montante de R\$32.875 (R\$20.692 em 2011).

A infraestrutura utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária

sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, sendo que, se ocorrer, deve atender à Resolução Aneel nº 20/99.

Segue abaixo a mutação do intangível:

	Consolidado				Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011 Reapresentado	Adições	Baixas *	Transferências entre contas **	
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	6.510.662	53.549	(93.927)	452.279	6.922.563
Outros	497.394	28.896	-	260	526.550
Total do Intangível em Serviço	7.008.056	82.445	(93.927)	452.539	7.449.113
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(3.458.622)	(239.089)	(2.243)	-	(3.699.954)
Outros	(400.647)	(27.623)	-	(28)	(428.298)
Total do Intangível em Serviço/Depreciação	(3.859.269)	(266.712)	(2.243)	(28)	(4.128.252)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	799.364	626.447	-	(825.867)	599.944
Outros	226.749	4.865	-	(135.362)	96.252
Total do Intangível em Curso	1.026.113	631.312	-	(961.229)	696.196
TOTAL INTANGÍVEL	4.174.900	447.045	(96.170)	(508.718)	4.017.057

\* Inclui diluição de participação na Renova Energia S.A.

\*\* Inclui reclassificação no montante de R\$118.288, referente à Resolução Normativa Aneel nº 474/12 (vide nota 10), e transferência de R\$390.430 para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01.

	Consolidado				Saldo em 31/12/2011 Reapresentado
	Saldo em 01/01/2011	Adições *	Baixas	Transferências entre contas	
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.897.129	-	(9.516)	623.049	6.510.662
Ágio de rentabilidade futura	2.034	-	-	58	2.092
Outros	450.714	-	(14)	44.602	495.302
Total do Intangível em Serviço	6.349.877	-	(9.530)	667.709	7.008.056
(-) Depreciação					
Direito de uso da concessão	(3.218.801)	(246.821)	7.000	-	(3.458.622)
Outros	(367.943)	(32.704)	-	-	(400.647)
Total do Intangível em Serviço/Depreciação	(3.586.744)	(279.525)	7.000	-	(3.859.269)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	788.111	786.272	-	(775.019)	799.364
Outros	62.528	165.082	-	(861)	226.749
Total do Intangível em Curso	850.639	951.354	-	(775.880)	1.026.113
TOTAL INTANGÍVEL	3.613.772	671.829	(2.530)	(108.171)	4.174.900

\* Inclui aquisição de participação na Renova Energia S.A.

A Aneel é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

Conforme mencionado na Nota 10, as principais taxas de amortização, com base na estimativa de vida útil dos bens foram alteradas pela Resolução Normativa nº 474. Tal alteração resultou, em 2012, na reclassificação de R\$118.288 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

As principais taxas de amortização, de acordo com a Resolução Aneel nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Banco de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Disjuntor	3,03
Edificações	3,33
Estrutura do sistema	3,57
Medidor	6,77
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador	4,00

#### Uso do Bem Público (UBP)

De acordo com o OCPC 05, para os contratos de concessão de geradoras em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão (autorização), o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo correspondente aos valores já despendidos e a despender no futuro deve ser reconhecido a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. A Companhia possui contrato de concessão onerosa no Consórcio de Itaocara. O saldo registrado de UBP no circulante e não circulante, no grupo de outros débitos, no passivo, em 31 de dezembro de 2012 é de R\$33.957 – vide nota explicativa 22.

#### 15. FORNECEDORES

CIRCULANTE	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Comercialização no âmbito da CCEE	-	-	-	89.607	20.066	59.626
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	52.519	55.580	48.836
Encargos do serviço do sistema	-	-	-	2.216	2.216	2.216
Energia livre – ressarcimento às geradoras (a)	-	-	-	57.790	53.266	54.185
Leilões de energia	-	-	-	233.955	196.789	150.231
Itaipu binacional	-	-	-	118.707	110.165	84.842
UTE Norte Fluminense	-	-	-	91.978	118.226	73.677
Materiais e serviços	458	197	280	215.051	200.850	184.808
Total	458	197	280	861.823	757.158	658.421

##### a) Energia Livre – Ressarcimento às Geradoras

A Resolução Aneel nº 387, de 15 de dezembro de 2009, publicada em 12 de janeiro de 2010, concluiu o processo de cálculo dos saldos finais de Perda de Receita e de Energia

Livre após o encerramento da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE e definiu os valores de ressarcimento entre os agentes, com os pagamentos previstos para 09 de abril de 2011. Entretanto os referidos ressarcimentos encontram-se suspensos de acordo com a liminar requerida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), na data de 07 de abril de 2011. O Saldo homologado foi de R\$48.985 e a variação, desde a homologação, decorre da atualização pela variação da taxa SELIC, no montante de R\$8.805.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 33.

## 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS

Financiador	Consolidado							
	Circulante			Não Circulante		Total		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
TN - Par Bond	-	1.027	1.027	79.532	79.532	80.559	73.948	65.686
TN - Caução - Par Bond	-	-	-	(62.424)	(62.424)	(62.424)	(54.533)	(38.844)
TN - Discount Bond	-	209	209	55.495	55.495	55.704	51.105	45.395
TN - Caução - Discount Bond	-	-	-	(43.741)	(43.741)	(43.741)	(38.231)	(27.276)
TN - C. Bond	6.760	173	6.933	3.380	3.380	10.313	15.779	19.622
TN - Debit. Conv.	-	-	-	-	-	-	3.486	9.292
TN - Bb	246	5	251	-	-	251	460	612
Merril Lynch	-	330	330	102.175	102.175	102.505	94.135	-
BNP	-	735	735	95.017	95.017	95.752	85.860	-
Citibank	-	1.253	1.253	367.830	367.830	369.083	-	-
<b>MOEDA ESTRANGEIRA - Total</b>	<b>7.006</b>	<b>3.732</b>	<b>10.738</b>	<b>597.264</b>	<b>597.264</b>	<b>608.002</b>	<b>232.009</b>	<b>74.487</b>
Eletrobrás	550	30	580	4.492	4.492	5.072	2.033	2.598
CCB Bradesco	75.000	5.676	80.676	300.000	300.000	380.676	461.352	461.340
Capital de Giro - Santander	-	2.133	2.133	80.000	80.000	82.133	83.158	82.646
BNDES - FINEM	82.615	528	83.143	61.963	61.963	145.106	228.185	311.162
BNDES - FINEM direto	29.651	389	30.040	98.838	98.838	128.878	158.722	155.265
BNDES - FINEM + 1	29.651	436	30.087	98.838	98.838	128.925	158.787	155.528
BNDES - FINEM direto PSI	12.680	147	12.827	72.911	72.911	85.738	98.465	105.831
BNDES - Capex 11/12 Subcred.2	18.438	411	18.849	128.909	128.909	147.758	100.007	-
BNDES - Capex 11/12 Subcred.3	29.125	661	29.786	203.629	203.629	233.415	170.029	-
BNDES - Capex 11/12 Subcred.4	27.313	662	27.975	190.957	190.957	218.932	170.068	-
BNDES - Capex 11/12 Subcred.13	-	-	-	1	1	1	-	-
BNDES - Capex 11/12 Subcred.14	7.217	57	7.274	50.456	50.456	57.730	-	-
BNDES - Capex 11/12 Subcred.17	3	-	3	22	22	25	-	-
BNDES - Capex 11/12 Subcred.18	3	-	3	22	22	25	-	-
BNDES - Capex 11/12 L.Energia	3.985	73	4.058	22.581	22.581	26.639	-	-
BNDES - Light Ger	4.173	-	4.173	59.911	59.911	64.084	51.613	-
BNDES - PROESCO 1ª captação	230	2	232	307	307	539	339	459
BNDES - PROESCO 2ª captação	119	1	120	99	99	219	770	1.002
BNDES - PROESCO 3ª captação	109	1	110	154	154	264	372	481
BNDES - PROESCO 4ª captação	457	4	461	991	991	1.452	1.910	2.051
BNDES - PROESCO 5ª captação	1.083	10	1.093	2.347	2.347	3.440	4.529	4.778
BNDES - PROESCO 6ª captação	103	1	104	334	334	438	516	-
BNDES - PROESCO 7ª captação	75	1	76	237	237	313	377	-
BNDES - PROESCO _ SP Market	1.339	16	1.355	5.131	5.131	6.486	-	-
Renova Energia - NP	-	-	-	-	-	-	38.835	-
Renova Energia - BNDES	42.187	-	42.187	197.819	197.819	240.006	167.080	-
Renova Energia - Bco do Nordeste	1.237	240	1.477	22.508	22.508	23.985	28.766	-
RGR	-	246	246	-	-	246	246	246
Axiom	224	-	224	-	-	224	-	-
Fianças bancárias diversas	-	980	980	-	-	980	134	209
<b>MOEDA NACIONAL - Total</b>	<b>367.567</b>	<b>12.705</b>	<b>380.272</b>	<b>1.603.457</b>	<b>1.603.457</b>	<b>1.983.729</b>	<b>1.926.293</b>	<b>1.283.596</b>
<b>Total Geral</b>	<b>374.573</b>	<b>16.437</b>	<b>391.010</b>	<b>2.200.721</b>	<b>2.200.721</b>	<b>2.591.731</b>	<b>2.158.302</b>	<b>1.358.083</b>



Abaixo segue quadro com condições contratuais dos Empréstimos em 31 de dezembro de 2012:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa Efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	29/04/1996	US\$	6%	6,00%	2024	Única	2024
TN - Caução - Par Bond	29/04/1996	US\$	US Treasury	-	2024	Única	2024
TN - Discount Bond	29/04/1996	US\$	Libor + 13/16	1,31%	2024	Única	2024
TN - Caução - Discount Bond	29/04/1996	US\$	US Treasury	-	2024	Única	2024
TN - C. Bond	29/04/1996	US\$	8%	8,00%	2004	Semestral	2014
TN - Bib	26/04/1996	US\$	6%	6,00%	1999	Semestral	2013
Merril Lynch	07/11/2011	US\$	Libor+2,5294%	2,65%	2014	Semestral	2016
BNP	17/10/2011	EURO	4%	3,98%	2014	Única	2014
Citibank - Light	23/08/2012	US\$	Libor+1,66%	2,09%	2017	Semestral	2018
Citibank - Energia	02/10/2012	US\$	Libor+1,60%	1,96%	2017	Semestral	2018
Eletrobrás	Diversas	UFIR	5%	5,00%	1988	Mensal e Trimestral	2019
CCB Bradesco	18/10/2007	CDI	CDI + 0,85%	7,81%	2012	Anual	2017
Capital de Giro - Santander	03/09/2010	CDI	CDI + 1,4%	8,40%	2014	Anual	2014
BNDES - FINEM	05/11/2007	TJLP	TJLP + 4,3%	9,80%	2009	Mensal	2014
BNDES - FINEM direto	30/11/2009	TJLP	TJLP + 2,58%	8,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - FINEM + 1	30/11/2009	TJLP	TJLP + 1% + 2,58%	9,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - FINEM direto PSI	30/11/2009	RS	4,5%	4,50%	2011	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.2	06/12/2011	TJLP	TJLP + 1,81%	7,31%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.3	06/12/2011	TJLP	TJLP + 2,21%	7,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.4	06/12/2011	TJLP	TJLP + 3,21%	8,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.13	06/12/2011	TJLP	TJLP + 2,21%	7,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.14	06/12/2011	TJLP	TJLP + 3,21%	8,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.17	06/12/2011	TJLP	TJLP + 2,21%	7,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.18	06/12/2011	TJLP	TJLP + 3,21%	8,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 L.Energia	10/04/2012	TJLP	TJLP + 1,81%	7,31%	2013	Mensal	2018
BNDES - Light Ger	27/09/2011	TJLP	TJLP + 1,97%	7,47%	2012	Mensal	2028
BNDES - PROESCO 1ª captação	16/09/2008	TJLP	TJLP + 2,5%	8,00%	2009	Mensal	2014
BNDES - PROESCO 2ª captação	17/04/2009	TJLP	TJLP + 2,51%	8,01%	2009	Mensal	2015
BNDES - PROESCO 3ª captação	12/04/2010	TJLP	TJLP + 2,18% e 4,5%	7,68%	2010	Mensal	2015
BNDES - PROESCO 4ª captação	15/09/2010	TJLP	TJLP + 2,05% e 5,5%	7,55%	2010	Mensal	2016
BNDES - PROESCO 5ª captação	16/11/2010	TJLP	TJLP + 2,05% e 5,5%	7,55%	2011	Mensal	2016
BNDES - PROESCO 6ª captação	29/07/2011	TJLP	TJLP + 1,81%	7,31%	2012	Mensal	2017
BNDES - PROESCO 7ª captação	27/09/2011	TJLP	TJLP + 1,81%	7,31%	2012	Mensal	2017
BNDES - PROESCO _ SP Market	19/01/2012	TJLP	TJLP + 1,81%	7,31%	2012	Mensal	2017
Renova Energia - BNDES TJLP+1,92%	05/05/2011	TJLP	TJLP + 1,92%	7,42%	2013	Mensal	2029
Renova Energia - BNDES TJLP+2,18%	05/05/2011	TJLP	TJLP + 2,18%	7,68%	2013	Mensal	2029
Renova Energia - BNDES TJLP+2,94%	18/12/2012	TJLP	TJLP + 2,94%	8,44%	2013	Única	2013
Renova Energia - Banco do Nordeste	30/06/2006	RS	8,08% a 9,5%	8,50%	2006	Mensal	2026
Axxiom	04/05/2012	RS	CDI + 1,86%	8,89%	2012	Mensal	2013

Além das cauções destacadas no quadro acima, os empréstimos estão garantidos por recebíveis, no montante aproximado de R\$103.333 (R\$88.609 em 31 de dezembro de 2011).

Fianças bancárias, hipotecas, penhor de ações e cessão e vinculação de receita dos contratos firmados com a ELETROBRAS, são dados como garantia de empréstimos e financiamentos da Renova Energia S.A., no montante de R\$1.211.031.

A Companhia possui o montante de R\$450.000 de linhas de crédito de saque à descoberto não garantidos.

Em julho de 2012, foram sacados R\$154.566 do financiamento contratado com o BNDES, sendo R\$128.000, em 23 de julho de 2012, para o programa de investimentos da Controlada Light SESA e R\$26.566, em 20 de julho de 2012, para o programa de investimentos da Controlada Light Energia, referentes ao plano de investimento dos anos de 2011 e 2012.

Em 23 de agosto de 2012, ocorreu captação no valor de R\$202.000 para a controlada Light SESA, através do Banco Citibank S.A., para fins de capital de giro.

Em 02 de outubro de 2012, ocorreu captação no valor de R\$162.400 para a controlada Light Energia, através do Banco Citibank S.A., para fins de capital de giro.

Em 26 de dezembro 2012, foram sacados R\$88.776 do financiamento contratado com o BNDES, para o programa de investimentos da controlada Light SESA, referentes ao plano de investimento dos anos de 2011 e 2012.

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2012:

	Consolidado		Total
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	
2014	425.952	124.452	550.404
2015	284.192	39.337	323.529
2016	282.854	36.783	319.637
2017	242.694	245.220	487.914
2018	142.825	122.610	265.435
após 2018	224.940	28.862	253.802
Total	1.603.457	597.264	2.200.721

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios:

	Variação %		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
USD - Dólar Americano	8,64	12,58	(4,31)
EUR	10,73	9,25	(11,14)
IGP-M	6,96	5,95	11,32
CDI	8,40	11,64	9,75
SELIC	8,49	11,62	9,78

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios:

	Principal	Encargos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2011	1.335.184	22.899	1.358.083
Empréstimos e Financiamentos obtidos	1.116.781	-	1.116.781
Aquisição de participação Renova Energia	210.331	-	210.331
Variação monetária	16.378	1.649	18.027
Encargos financeiros provisionados	-	170.708	170.708
Encargos Financeiros Pagos	-	(170.016)	(170.016)
Amortização de financiamentos	(544.960)	-	(544.960)
Custo de Captação	(802)	-	(802)
Amortização custo transação	150	-	150
Encargos financeiros capitalizados	611	(611)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.133.673	24.629	2.158.302
Empréstimos e Financiamentos obtidos	721.403	-	721.403
Diluição de participação na Renova	(33.021)	(1.808)	(34.829)
Variação monetária	1.284	-	1.284
Variação cambial	20.280	-	20.280
Encargos financeiros provisionados	-	142.931	142.931
Encargos Financeiros Pagos	-	(170.292)	(170.292)
Amortização de financiamentos	(284.459)	-	(284.459)
Custo de Captação	(2.919)	-	(2.919)
Amortização custo transação	564	-	564
Encargos financeiros capitalizados ao Principal	18.766	(18.766)	-
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	(277)	39.743	39.466
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.575.294	16.437	2.591.731

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos - BNDES, conforme previsto na deliberação CVM nº 556/08, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	31/12/2012			31/12/2011	01/01/2011
	Valor incorrido	Valor a apropriar	Custo Total	Custo Total	Custo Total
Bndes Direto Finem - Light Sesa	174	251	425	425	425
Bndes Direto Finem +1 - Light Sesa	174	251	425	425	425
Bndes Direto PSI - Light Sesa	70	156	226	226	226
Bndes Direto Subcreditos 001/018 - Light Sesa	118	684	802	802	-
Bndes Direto Finem - Light Energia	4	7	11	11	11
Bndes Direto Finem +1 - Light Energia	4	7	11	11	11
Bndes Direto PSI - Light Energia	7	15	22	22	22
Bndes Renova - Light Energia	271	2.220	2.491	-	-
Total	822	3.591	4.413	1.922	1.120

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa nº 33.

#### Covenants

A cédula de crédito bancário do Bradesco, os empréstimos com o Banco Santander e com o BNDES, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros (*covenants*). No quarto trimestre de 2012, a Companhia atendeu todos os indicadores requeridos contratualmente.

## 17. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS

Financiador	Consolidado								
	Circulante			Não Circulante			Total		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	31/12/2012	31/12/2011	01/12/2011
Debêntures 4ª Emissão (Light SESA)	20	-	20	29	-	29	49	69	86
Debêntures 5ª Emissão (Light SESA)	89.021	3.166	92.187	112.591	-	112.591	204.778	744.463	807.406
Debêntures 6ª Emissão (Light SESA)	-	-	-	-	-	-	-	-	301.731
Debêntures 7ª Emissão (Light SESA)	-	8.019	8.019	648.555	-	648.555	656.574	660.217	-
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	-	2.654	2.654	469.588	-	469.588	472.242	-	-
Debêntures 1ª Emissão (Light Energia)	-	3.216	3.216	171.237	-	171.237	174.453	175.751	-
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	-	12.528	12.528	423.416	-	423.416	435.944	423.372	-
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	-	169	169	29.845	-	29.845	30.014	-	-
Debêntures Renova Energia	-	-	-	66.050	1.184	67.234	67.234	-	-
Debêntures Guanhões Energia	33.039	-	33.039	-	-	-	33.039	-	-
Moeda Nacional - Total	122.080	29.752	151.832	1.921.311	1.184	1.922.495	2.074.327	2.003.872	1.109.223

Em 10 de setembro de 2012, ocorreu a 8ª emissão de debêntures simples da Controlada Light SESA, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única, perfazendo o montante total de R\$470.000, a qual foi objeto de oferta privada de distribuição.

Em 10 de setembro de 2012, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples da Controlada Light Energia S.A., não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única, perfazendo o montante total de R\$30.000, a qual foi objeto de oferta privada de distribuição.

Em outubro de 2012, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. emitiu a 2ª emissão de debêntures simples, em nove séries, perfazendo o montante de R\$66.090, a qual se refere ao valor da participação da controlada Light Energia S.A.

Em 08 de outubro de 2012, a controladora Light SESA efetuou pré-pagamento parcial da 5ª emissão de debêntures, totalizando o valor de R\$375.000.

Em outubro de 2012, a controlada em conjunto Guanhões Energia S.A. emitiu a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, perfazendo o montante de R\$33.150, a qual se refere ao valor da participação da controlada Light Energia S.A.

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidado em 31 de dezembro de 2012:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa Efetiva	Taxa de Juros a.a	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 4ª Emissão (Light SESA)	30/06/2005	TJLP	9,5%	9,50%	2009	Mensal	2015
Debêntures 5ª Emissão (Light SESA)	22/01/2007	CDI	123,23% do CDI	7,01%	2012	Trimestral	2014
Debêntures 7ª Emissão (Light SESA)	02/05/2011	CDI	120,92 % do CDI	7,00%	2015	Anual	2016
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	24/08/2012	CDI	118,28 % do CDI	6,98%	2015	Anual	2026
Debêntures 1ª Emissão (Light Energia)	10/04/2011	CDI	122,46 % do CDI	7,00%	2015	Anual	2016
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	29/12/2011	CDI	118,28 % do CDI	6,98%	2016	Anual	2019
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	24/08/2012	CDI	118,28 % do CDI	6,98%	2015	Anual	2026
Debêntures Renova	03/09/2012	CDI	123,39 % do CDI	8,51%	2014	Anual	2022
Debêntures Guanhões	18/10/2012	CDI	106,04 % do CDI	7,32%	2013	Única	2013

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto na deliberação CVM nº 556/08, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	31/12/2012			31/12/2011	01/01/2011
	Valor incorrido	Valor a apropriar	Custo Total	Custo Total	Custo Total
Debêntures 4ª Emissão (Light SESA)	7.457	11	7.468	7.468	7.468
Debêntures 5ª Emissão (Light SESA)	10.660	1.788	12.448	12.448	12.448
Debêntures 6ª Emissão (Light SESA)	-	-	-	-	5.291
Debêntures 7ª Emissão (Light SESA)	1.203	2.418	3.621	3.621	-
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	9	414	423	-	-
Debêntures 1ª Emissão (Light Energia)	293	556	849	849	-
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	248	1.583	1.831	1.831	-
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	4	155	159	-	-
Debêntures 1ª Emissão (Renova)	14	454	468	-	-
Total	19.888	7.379	26.799	26.217	25.207

As parcelas relativas ao principal das debêntures classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2012:

	31/12/2012
2014	114.798
2015	458.096
2016	564.146
2017	154.013
2018	153.103
após 2018	477.155
Total	1.921.311

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos períodos:

	Principal	Encargos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2011	1.088.402	20.821	1.109.223
Debêntures emitidas	1.247.768	-	1.247.768
Encargos financeiros provisionados	-	184.143	184.143
Encargos Financeiros Pagos	-	(171.065)	(171.065)
Amortização de debêntures	(363.622)	-	(363.622)
Custo de captação	(6.302)	-	(6.302)
Amortização custo de captação	3.727	-	3.727
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.969.973	33.899	2.003.872
Debêntures emitidas	599.543	-	599.543
Encargos financeiros provisionados	-	187.995	187.995
Encargos Financeiros Pagos	-	(190.958)	(190.958)
Amortização de debêntures	(528.024)	-	(528.024)
Custo de captação	(1.050)	-	(1.050)
Amortização custo de captação	2.949	-	2.949
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.043.391	30.936	2.074.327

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa nº 33.

## Covenants

A 5ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures da controlada Light SESA e a 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures da controlada Light Energia preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No quarto trimestre de 2012, a Companhia atendeu todos os indicadores requeridos contratualmente.

## 18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

CIRCULANTE	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	27.308	25.472	25.472
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	21.029	19.266	17.182
Quota de reserva global de reversão – RGR	7.249	11.490	1.394
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	56.130	56.128	73.170
Total	111.716	112.356	117.218

Conta Consumo de Combustível (CCC) - É a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, com o objetivo de subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela Aneel.

Reserva Global de Reversão (RGR) - É um encargo do setor elétrico brasileiro, pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial (ECE e EAE) – São os custos de natureza operacional, tributária e administrativa, incorridos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE na contratação de capacidade de geração ou de potência, que foram rateados aos consumidores finais de energia elétrica atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, de forma proporcional ao consumo individual verificado.

## 19. PROVISÕES

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na

opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

As provisões estão compostas da seguinte forma:

NÃO CIRCULANTE	Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2011	167.656	155.582	180.342	48.317	551.897
Adições	32.639	67.033	1.495	-	101.167
Atualizações	-	10.758	11.640	3.297	25.695
Baixas por pagamentos	(23.903)	(58.324)	-	(13.508)	(95.735)
Baixas por reversões	(26.271)	(11.477)	(2.518)	(22.599)	(62.865)
Baixas por transferência	-	-	(4.481)	-	(4.481)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	150.121	163.572	186.478	15.507	515.678
Adições	35.187	65.591	-	12.880	113.658
Atualizações	35.000	11.694	10.554	3.223	60.471
Baixas por pagamentos	(17.799)	(56.854)	-	(8.131)	(82.784)
Baixas por reversões	(23.427)	(144)	-	(281)	(23.852)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	179.082	183.859	197.032	23.198	583.171
Depósitos Judiciais (*)					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	39.870	6.681	4.360	-	50.911

\* Em 31 de dezembro de 2012 está registrado em Depósitos vinculados a litígio o total de R\$224.631 (R\$268.505 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$50.911 (R\$53.982 em 31 de dezembro de 2011) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos são basicamente relacionados a questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

#### Provisões Trabalhistas:

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicionais de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, responsabilidade subsidiária-solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados, diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários e acidente de trabalho – responsabilidade civil.

#### Provisões Cíveis:

Cíveis	Valor Provisionado (Perda Provável)		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ações Cíveis (a)	117.620	101.875	87.842
Juizado Especial Cível (b)	17.142	18.035	25.138
Plano Cruzado	49.097	43.662	42.602
Total	183.859	163.572	155.582

a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são rés, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.

b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta,

reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos seis principais motivos ofensores para a Companhia e suas controladas – que representam 78,3% das entradas de processos; um bloco com todos os motivos relacionados a acidentes; bem como um bloco para os Demais Motivos. Para os seis principais ofensores e o bloco de Demais Motivos é utilizada uma média ajustada – considerando 95% da amostra, ou seja, desconsiderando os 2,5% dos valores mais altos e mais baixos – do valor de condenação nos últimos 12 meses. E, no caso do bloco de acidentes é considerada a média do valor de condenação nos últimos 12 meses.

#### Provisões Fiscais:

Fiscais	Valor Provisionado (Perda Provável)		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
INSS – auto de infração	44.378	42.942	40.964
INSS – trimestralidade	24.823	23.876	22.579
ICMS (a)	112.898	104.938	94.400
CIDE	-	-	4.988
Outros	14.933	14.722	17.411
Total	197.032	186.478	180.342

a) A provisão constituída refere-se, principalmente, à discussão judicial sobre a aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringiu a forma de apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse feito em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96. A atualização dessa provisão é feita anualmente, pela UFIR.

#### Outros Provisões:

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a Aneel:

- Auto de Infração Aneel nº 082/2010 - SFE - O Auto de Infração foi lavrado em 18 de junho de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$16.052, referente aos indicadores de continuidade Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC no ano de 2009. A controlada Light SESA interpôs recurso, requerendo a redução da penalidade para que a interrupção ocorrida no dia 10 de novembro de 2009 não fosse considerada (apagão de Furnas). Em julho 2012, a Aneel fixou o valor da multa em R\$4.773, a qual foi paga em 04 de julho de 2012.
- Auto de Infração Aneel nº 071/2011 - SFE - O Auto de Infração foi lavrado em 30 de novembro de 2011, sob o argumento de eventuais falhas no cumprimento do Módulo 8 do Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, mais especificamente no que se refere ao processo de coleta de dados e de apuração dos indicadores de continuidade



individuais e coletivos, bem como à realização das compensações financeiras devidas aos consumidores cujos indicadores de continuidade individuais restaram transgredidos. A Aneel aplicou a penalidade no valor expressivo de R\$17.719. A controlada Light SESA apresentou recurso em 06 de fevereiro de 2012, tendo em vista a excessividade da penalidade aplicada, questionando entre os fatos, a ausência de razoabilidade e proporcionalidade da dosimetria aplicada no cálculo da multa. Tendo em vista a manutenção da excessividade da penalidade aplicada e a chance de êxito parcial do recurso interposto, a Light SESA provisionou R\$5.857, mediante parecer de seus assessores jurídicos, e aguarda decisão da Aneel.

- Auto de Infração nº 102/2012 - SFE (processo 48500.005091/2011-26). O Auto de Infração foi recebido pela controlada Light SESA em 28 de junho de 2012, sob a alegação de não conformidades detectadas com a fiscalização da rede subterrânea da controlada, realizada pela Aneel em agosto de 2011. A multa é de R\$7.438. O recurso foi encaminhado pela Light SESA em 06 de julho de 2012 e aguarda julgamento da Aneel. Tendo em vista a excessividade da penalidade aplicada e a chance de êxito parcial do recurso interposto, a controlada provisionou R\$4.989.

## 20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Natureza	Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Saldo	Quantidade de Processos	Saldo	Quantidade de Processos	Saldo	Quantidade de Processos
Cíveis	204.902	13.792	155.476	13.658	159.200	11.831
Trabalhistas	291.575	1.072	317.524	1.166	345.850	1.137
Fiscais	3.268.200	213	2.882.800	302	858.400	982
Total	<u>3.764.677</u>	<u>15.077</u>	<u>3.355.800</u>	<u>15.126</u>	<u>1.363.450</u>	<u>13.950</u>

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

### a) Cíveis

- Irregularidades – A controlada Light SESA possui diversas ações cíveis onde se discute irregularidades, decorrentes de perdas comerciais ocorridas em razão de ligações irregulares, ligações clandestinas, alteração de medidores, furto de equipamentos, o que, cotidianamente, se conhece como “gato”. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$45.154 (R\$54.784 em 31 de dezembro de 2011).
- Valores cobrados e faturas – Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discute os valores cobrados pela controlada Light SESA para a prestação

do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. O montante atualmente quantificável para estas ações é de R\$34.148 (R\$33.419 em 31 de dezembro de 2011).

- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$24.475 (R\$26.401 em 31 de dezembro de 2011).
- Interrupção e suspensão – Existem em trâmite diversas ações discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja em razão de inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores da suspensão. O montante atualmente quantificável referente às ações é na ordem de R\$15.218 (R\$15.952 em 31 de dezembro de 2011).
- Equipamentos e redes – A controlada Light SESA possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos utilizados pela concessionária para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$7.434 (R\$9.185 em 31 de dezembro de 2011).
- Em relação às discussões cíveis, ressaltamos a ação proposta no primeiro trimestre de 2012 pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN contra a controlada Light SESA, onde a CSN pleiteia aproximadamente R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor total requerido, R\$88.000 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório da ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Assim, o prognóstico desta ação é possível e a exposição do risco para a Companhia é de R\$35.531.

#### b) Fiscais

- ICMS Perdas Comerciais (Autos de Infração nos. 03326780-8, 04011949-7, 03.326.784-0 e 04.028.752-6) - Trata-se de autos de infração lavrados para cobrar ICMS, Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECF e multa (períodos de jan/99 a dez/2003 e jan/06 a dez/10) por ter a Light deixado de recolher ICMS e FECF diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, ou seja, em operação realizada entre geradora e distribuidora, em razão da ocorrência de perdas comerciais. A controlada Light SESA apresentou impugnações em face destas autuações que aguardam julgamento. O montante

quantificável em 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.273.200 (R\$1.035.800 em 31 de dezembro de 2011).

- IRRF sobre Dividendos (Processos 16682.721195/2011-02 e 16682.720657/2012-47) - A Light recebeu auto de infração em 2011 que visa à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre valores pagos pela Companhia, em 2007, a título de dividendos, ao argumento de que os mesmos decorreriam de lucro inexistente, originado da contabilização do ativo fiscal diferido no resultado, caracterizando-se, assim, como pagamentos sem causa sujeitos à incidência da exação. Diante da absoluta regularidade dos procedimentos contábeis, societários e fiscais adotados, a Companhia apresentou impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário que aguarda julgamento. Em 06 de julho de 2012, a Light recebeu nova autuação acerca do assunto, agora com relação aos valores pagos em 2008, em face da qual apresentou manifestação de inconformidade sob os mesmos argumentos da defesa do auto anterior, a qual foi julgada improcedente. Será interposto Recurso Voluntário em face desta decisão. O montante quantificável em 31 de dezembro de 2012 com relação ao primeiro auto é de R\$362.500 (R\$347.900 em 31 de dezembro de 2011) e com relação ao segundo é de R\$227.200.
- LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A controlada Light SESA discutia no mandado de segurança nº 2003.51.01.005514-8 (Processo 16682.720216/2010-83, 15374-001.757/2008-13 e 16682.721091/2011-90) a exigência do IRPJ e da CSLL sobre os lucros auferidos pelas investidas no exterior LIR e LOI, desde 1996, mas não disponibilizados, bem como a exigência da inclusão dos resultados de equivalência patrimonial na apuração do IRPJ e da CSLL, para os períodos-base até 2002 e posteriores. A Light SESA tentou desistir parcialmente deste mandado de segurança para incluir os débitos no parcelamento da Lei nº 11.941/09 e continuar discutindo a aplicação do método de equivalência patrimonial. No entanto, o Fisco não concordou com a desistência parcial, tendo sido corroborada pelo juízo do processo. Assim, a Light SESA desistiu integralmente deste mandado de segurança e, por conta disso, alterou o procedimento que vinha adotando para a tributação do IRPJ/CSLL, que antes era feito pelo lucro, mas com a desistência da discussão, passou a ser feito pela equivalência patrimonial. O Fisco discordou da adoção de tal procedimento e autuou a Light SESA em relação ao exercício de 2005, tendo sido apresentada impugnação em face desta autuação, a qual foi julgada improcedente. Foi interposto Recurso Voluntário que aguarda julgamento. Quanto ao exercício de 2004, o Fisco desconsiderou as informações constantes da DIPJ e, com base na DCTF não retificada, enviou carta cobrança dos tributos. A Light SESA impetrou mandado de segurança. No entanto, como a liminar pleiteada não foi deferida, teve que ajuizar Ação Cautelar Antecipatória de Execução Fiscal para garantir o juízo com carta de fiança. A Light SESA requereu a desistência do mandado de segurança e discutirá o mérito da questão nos autos da execução fiscal respectiva, por meio dos embargos à execução já apresentado. No último trimestre de 2011 a Light SESA também foi autuada com relação aos exercícios de 2006 e 2008, tendo sido apresentada impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário que aguarda julgamento. O prognóstico de perda atual é considerado possível pelo escritório patrocinador do processo. O montante envolvido na autuação de 2005, em 31 de dezembro de

2012, é de R\$152.458 (R\$138.500 em 31 de dezembro de 2011), na autuação de 2006 a 2008 é de R\$197.858 (R\$186.500 em 31 de dezembro de 2011) e no processo de 2004 é de R\$75.800 (R\$72.900 em 31 de dezembro de 2011).

- IN 86 - 2003 a 2005 (Processo 10707000751/2007-15) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Julgado improcedente o Recurso Voluntário da controlada Light SESA, tendo sido interposto Recurso Especial, ao qual também foi julgado improcedente. Opostos embargos de declaração que aguardam julgamento. O montante atualmente quantificável, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$294.400 (R\$278.900 em 31 de dezembro de 2011).
- Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos (TFOP) - A controlada Light SESA possui diversos processos discutindo TFOP, lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa. A Light SESA apresentou exceção de pré-executividade nesses processos e no Supremo Tribunal Federal – STF obteve liminar determinando a suspensão das cobranças até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 640286. O montante quantificável, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$179.309 (R\$179.309 em 31 de dezembro de 2011).
- ICMS Rheem (Processo E-04/892.090/99) - Trata-se de auto de infração para cobrar ICMS, em razão da utilização pela controlada Light SESA de créditos acumulados de ICMS da Rheem Embalagens Ltda. para aquisição de insumos e matérias primas dentro do Estado do Rio de Janeiro. Impugnação julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário ao qual foi negado provimento. No momento aguarda-se julgamento do Recurso ao Pleno interposto pela Light. O montante quantificável, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$145.900 (R\$129.400 em 31 de dezembro de 2011).
- ICMS Baixa Renda (Processos E-34/059.150/2004 e E-04/054.753/2011) - Autos de Infração lavrados para cobrança de ICMS incidente sobre os valores da subvenção econômica direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa-renda oriundos do Fundo de Reserva Global de Reversão. No primeiro caso foi julgada improcedente a impugnação apresentada pela controlada Light SESA. Interposto recurso ao Conselho de Contribuintes, onde restou determinada a baixa do processo à 1ª instância administrativa para diligência. Atualmente o processo se encontra em fase de perícia. No segundo caso, a Companhia apresentou impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário que aguarda julgamento. O montante quantificável, no primeiro caso, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$88.600 (R\$78.900 em 31 de dezembro de 2011) e, no segundo caso, é de R\$32.200.
- COFINS (Processo 10768.020294/99-72) – Trata-se de Glosa de Compensação efetuada pela Companhia, na qual se utilizou de saldo negativo de IRPJ, apurado no ano calendário de 1998, para fins de quitação de débitos de COFINS. Apresentada impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário pela Companhia ao qual foi dado provimento. O montante

quantificável, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$72.100. O processo foi encerrado em definitivo favoravelmente a Companhia.

#### c) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicionais de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, responsabilidade subsidiária-solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados e diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários.

Estão destacados a seguir os processos em andamento, cujo prognóstico de perda é remoto, com valores significativos em discussão, os quais, em caso de decisão desfavorável, podem impactar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto:

- IRRF – Juros remetidos ao exterior (Processo 18471002113/2004-09) - Cobrança de IR Fonte sobre os juros pagos às suas subsidiárias LIR e LOI, decorrentes de títulos emitidos com benefício de redução a zero da alíquota do IR Fonte. Em 07 de agosto de 2012, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf cancelou a autuação, cujo montante quantificável era de R\$532.400.
- PASEP/PIS (Processo 15374002130/2006-18) – Glosa de Compensação efetuada pela Companhia de créditos de PASEP com débitos de PIS. Julgada improcedente a impugnação da Companhia. Interposto Recurso Voluntário. Proferida decisão pelo Conselho determinando a baixa do processo à 1ª instância para apuração do crédito em discussão no processo. O montante quantificável, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$265.900.
- IRRF Glosa de Compensação LIR/LOI (Processo 10768.002.435/2004-11) - Não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no ano-base 2002. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela controlada Light SESA. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto. Este processo era avaliado pelo escritório que cuida do caso com prognóstico possível, no entanto, considerando a decisão favorável obtida, em agosto de 2012, do processo 18471002113/2004-09, que impacta diretamente neste caso, o escritório alterou o prognóstico de perda para remoto. O montante atualmente quantificável, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$204.800.

## 21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos – A, B, C e D – implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo contribuição definida.

Seguem abaixo as obrigações registradas no Balanço Patrimonial da Companhia com benefícios de plano de pensão:

	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante Reapresentado	Total	Circulante	Não circulante Reapresentado	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	114.835	939.863	1.054.698	70.697	991.897	1.062.594	95.048	920.630	1.015.678
Complemento passivo atuarial CVM 600	-	314.768	314.768	-	98.787	98.787	-	61.968	61.968
Contas a pagar Braslight	-	-	-	8.865	-	8.865	-	-	-
Outros	1.272	-	1.272	963	-	963	507	-	507
Total	116.107	1.254.631	1.370.738	80.525	1.090.684	1.171.209	95.555	982.598	1.078.153

Em 02 de outubro de 2001, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar, que está sendo pago em 300 parcelas mensais, a partir de julho de 2001. Em 31 de dezembro de 2012, restavam 162 parcelas mensais, que totalizam o passivo contratual de R\$1.054.698, atualizadas pelo IPCA (com um mês de defasagem) e juros atuariais de 6% a.a.

O contrato é ajustado anualmente pelo déficit ou superávit registrado na Braslight, e consequentemente as parcelas a vencer podem sofrer aumento ou redução em função disso.

As despesas com fundo de pensão relacionadas ao contrato de dívida com a Braslight são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida.

Em relação às aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, adicionada ou reduzida por eventuais ganhos ou perdas atuariais, conforme CVM nº600/09. Tendo em vista que o laudo atuarial para 31 de dezembro de 2012, considerando as premissas adotadas pela Companhia, resumidas mais abaixo nesta nota, apontou montante superior ao total da dívida pactuada, a Companhia efetuou um complemento no montante de R\$314.768 na rubrica de Plano Previdenciário em contra partida a outros resultados abrangentes.

As movimentações ocorridas no passivo contratual nos exercícios de 2011 e 2012 são como segue:

	Total Consolidado	Circulante	Não circulante
Saldos em 01 de janeiro de 2011	1.015.678	95.048	920.630
Amortizações no período	(98.701)	(98.701)	-
Atualizações no resultado do exercício	121.864	121.864	-
Atualizações no resultado abrangente	23.753	23.753	-
Transferência para o circulante	-	(71.267)	71.267
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.062.594	70.697	991.897
Amortizações no período	(111.941)	(111.941)	-
Atualizações no resultado do exercício	120.069	120.069	-
Atualizações no resultado abrangente	(16.024)	(16.024)	-
Transferência para o circulante	-	52.034	(52.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.054.698	114.835	939.863

#### a) Descrição dos planos

Plano A/B - os benefícios são do tipo "benefício definido" e correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Plano C - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Plano D - aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - PREVIC/MPS, em 22 de março de 2010, e teve sua primeira contribuição no mês de abril de 2010. Neste plano, os benefícios são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Valor Presente das obrigações atuariais	(2.685.595)	(2.255.489)	(2.123.507)
Valor justo dos ativos do plano	1.316.129	1.094.129	1.045.891
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo IFRIC 14)	-	(21)	(30)
Passivo Líquido	(1.369.466)	(1.161.381)	(1.077.646)
Passivo líquido, CVM nº 600/2009	(1.369.466)	(1.161.381)	(1.077.646)
Saldo do contrato ajustado com a Braslight	(1.054.698)	(1.062.594)	(1.015.678)

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos no início do ano	1.094.129	1.045.891
Rendimento esperado no ano	139.614	118.508
Ganho (perda) atuariais nos ativos do plano	182.415	29.099
Contribuições da patrocinadora	113.225	105.083
Contribuições dos participantes	55	54
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(213.309)	(204.577)
Impacto decorrente de aquisições/alienações	-	71
Valor justo dos ativos no final do ano	1.316.129	1.094.129

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Valor das obrigações no início do ano	2.255.489	2.123.507
Custo do serviço corrente	941	1.610
Juros sobre a obrigação atuarial	228.002	216.774
Contribuições de participantes	55	54
(Ganho)/perda atuariais reconhecidas	414.417	118.052
Benefícios pagos	(213.309)	(204.577)
Entrada (saída) de transferências líquidas	-	69
Valor justo das obrigações no final do ano	2.685.595	2.255.489

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente	941	1.610
Juros sobre as obrigações atuariais	228.002	216.774
Rendimento esperado dos ativos do plano	(139.614)	(118.509)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	30.740	21.989
Custo esperado estimado	120.069	121.864

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Passivo líquido no início do ano	1.161.381	1.077.646
Despesa reconhecida no resultado	120.069	121.864
Montantes reconhecidos no OCI	200.029	60.573
Contribuições pagas	(111.941)	(98.701)
Entrada (saída) de transferências líquidas	(72)	(1)
Passivo Líquido no final do ano	1.369.466	1.161.381



A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2013 é como segue:

	2013
Custo do serviço corrente	979
Juros sobre as obrigações atuariais	213.405
Rendimento esperado dos ativos do plano	(105.043)
	109.341

A Light tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2013 no montante de R\$114.528.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Renda Fixa	73,32%	74,86%	63,79%
Renda Variável	15,23%	13,07%	22,32%
Imóveis	11,23%	4,98%	1,89%
Outros	0,22%	7,09%	12,00%
Custo esperado estimado	100%	100%	100%

O retorno real sobre os ativos dos planos foi de R\$246.960 em 2012 (R\$147.607 em 31 de dezembro de 2011).

Premissas Atuariais:

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	8,26%	10,56%	10,66%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano nominal	8,26%	10,96%	10,96%
Taxa anual de inflação	4,50%	4,50%	4,40%
Taxa de crescimento salarial	7,01%	6,59%	6,49%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%	4,40%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%	98,00%
Taxa rotativa	Baseado na idade	Baseado na idade	Baseado na idade
Tábua geral de mortalidade	AT - 83 (1)	AT - 83 (1)	AT - 83 (1)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57
Participantes ativos	2.802	3.452	3.454
Participantes aposentados e pensionistas	5.754	5.671	5.679

<sup>(1)</sup> Tábua sem agravamento

## 22. OUTROS DÉBITOS

CIRCULANTE	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Adiantamento de Clientes	2.040	1.822	-	1.818	3.557	3.491
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	4.036	4.205	4.000
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	-	-	-	3.013	1.124	503
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	-	-	-	986	2.248	1.007
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	47.186	51.452	48.925
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	-	22.875	30.139	37.445
Encargos Ex-isolados	-	-	-	-	-	10.966
Taxa de Iluminação Pública	-	-	-	61.080	81.362	69.243
Provisão Para Demissão Voluntária	-	-	-	32	2.000	23.113
Uso de bem público - UBP <sup>(a)</sup>	-	-	-	3.193	3.140	-
Outros *	1.474	666	1.981	48.843	47.927	37.625
Total	<u>3.514</u>	<u>2.488</u>	<u>1.981</u>	<u>193.062</u>	<u>227.154</u>	<u>236.318</u>
NÃO CIRCULANTE						
Provisão para Honorários de êxito <sup>(b)</sup>	-	-	-	22.877	23.161	14.306
Reserva para reversão	-	-	-	69.933	69.933	69.933
Uso de bem público - UBP <sup>(a)</sup>	-	-	-	30.764	60.317	128.746
Outros	901	-	-	9.128	-	13.670
Total	<u>901</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>132.702</u>	<u>153.411</u>	<u>226.655</u>

\* Referente a outros débitos de naturezas diversas

- a) De acordo com o contrato de concessão nº 12/2001, de 15 de março de 2001, que regula a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio Paraíba do Sul, nos Municípios de Itaocara e Aperibé, a controlada Itaocara Energia Ltda. deverá recolher à União, como pagamento do Uso do Bem Público, a partir da data de entrada em operação (prevista para 2015) até o final da concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$2.017, atualizadas pela variação do IGP-M ou por outro índice que vier a sucedê-lo, em caso de sua extinção. Durante a fase de construção a contrapartida da atualização do passivo está sendo reconhecida no ativo intangível, sem efeito no resultado. Após a entrada em operação, a atualização será reconhecida diretamente no resultado do exercício (vide nota 14). Em junho de 2012, foi concedida liminar suspendendo os pagamentos pelo Uso do Bem Público.
- b) A Companhia possui provisão no montante de R\$22.877 (R\$23.161 em 31 de dezembro de 2011 e R\$14.306 em 1º de janeiro de 2011) referente aos compromissos de honorários de êxito das causas com prognóstico de perda remota.

## 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2012, a Light S.A. tinha como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, o Luce Empreendimentos e Participações S.A. e a Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) - Sociedade controlada pela Redentor Energia S.A.

As participações em controladas e controladas em conjunto estão descritas na Nota Explicativa nº 2.

## Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios de 2012 e 2011:

Grupos Balço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Light S.A.	CONSOLIDADO							
			ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	-	-	8.906	9.091	-	-	53.026	72.467
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	-	-	259	178	-	-	2.055	1.333
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	2.495	2.278	-	-	15.696	20.516	-	-
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	163	213	-	-	2.032	2.494	-	-
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	-	-	1.614	1.701	-	-	11.242	14.668
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	12	11	-	-	109	127	-	-
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Lightger com a Light Energia	Lightger (Controlada em Conjunto)	-	-	1.082	-	-	-	11.019	-
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Lightger com a Cemig	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	-	-	1.374	-	-	-	10.586	-
Outros Créditos/ Outros Débitos	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de Mútuo com a Light S.A., que é detentora de 51% do capital da Lightger, para honrar os compromissos financeiros assumidos para a implantação da PCH Paracambi.	Lightger (Controlada em Conjunto)	-	11.606	-	-	-	3.183	-	-
Benefício Pós-emprego	<u>Plano Previdenciário</u> Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT	BRASLIGHT	-	-	1.370.738	1.171.209	-	-	120.069	174.869

## Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas:

Grupos Balço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Light S.A.	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Condições de rescisão ou término	Saldo remanescente 31/12/2012	Condições contratuais
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	614.049	Jan / 2006	Dez / 2038	30% do saldo remanescente	388.567	Preço praticado no mercado regulado
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	37.600	Jan / 2010	Dez / 2039	30% do saldo remanescente	40.402	Preço praticado no mercado regulado
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	156.239	Jan / 2005	Dez / 2013	N / A	35.339	Preço praticado no mercado regulado
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	-	Nov / 2003	Indeterminado	N / A	163	Preço praticado no mercado regulado
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	-	Dez / 2002	Indeterminado	N / A	1.614	Preço praticado no mercado regulado
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com a CEMIG	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	-	Dez / 2002	Indeterminado	N / A	12	Preço praticado no mercado regulado
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Lightger com a Light Energia	Lightger (Controlada em Conjunto)	217.213	Dez / 2010	Jun / 2028	N / A	206.194	Preço praticado no mercado regulado
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Lightger com a Cemig	CEMIG (Participa do Grupo Controlador)	208.818	Dez / 2010	Jun / 2028	N / A	198.232	Preço praticado no mercado regulado
Outros Créditos/ Outros Débitos	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de Mútuo com a Light S.A., que é detentora de 51% do capital da Lightger, para honrar os compromissos financeiros assumidos para a implantação da PCH Paracambi.	Lightger (Controlada em Conjunto)	35.586	Jan/11 a Set/11	Set / 2012	N / A	-	CDI + 0,9% a.a
Benefício Pós-emprego	<u>Plano Previdenciário</u> Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT	BRASLIGHT	535.052	Jun / 2001	Jun / 2026	N / A	1.370.738	IPCA+ 6% a.a

A controlada Light Energia possui compromisso de compra de energia de 400 MW de capacidade instalada de energia proveniente de projetos do portfólio de sua controlada em conjunto Renova Energia S.A., sendo 200 MW disponibilizados a partir de 2015 e 200 MW a partir de 2016.

A controlada em conjunto Renova Energia S.A. contratou junto à Light ESCO serviços de intermediação de operações de comercialização de energia, nos quais o valor referente à comissão foi de R\$7.500.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

## REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Política de Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2012.

Conselho de Administração	
Remuneração fixa:	100%
Diretoria	
Remuneração fixa:	65%
Remuneração variável:	28%
Outros:	7%
Conselho Fiscal	
Remuneração fixa:	100%

Remuneração anual do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia relativa ao exercício de 2012:

2012	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros *	21,25	10	8,33	39,58
Remuneração Fixa no exercício	1.514	665	9.214	11.393
Salário ou Pró-labore	1.262	554	5.327	7.143
Benefícios diretos e indiretos	-	-	1.018	1.018
Outros <sup>(1)</sup>	252	111	2.869	3.232
Remuneração variável no exercício	-	-	3.976	3.976
Bônus	-	-	3.976	3.976
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	976	976
Valor total da remuneração por órgão	1.514	665	14.166	16.345

<sup>(1)</sup> Inclui encargos da Previdência Social e FGTS

Remuneração média anual do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2012:

2012	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros *	21,25	10	8,33
Valor da maior remuneração individual	104	83	2.356
Valor da menor remuneração individual	52	41	886
Valor médio da remuneração individual	59	55	1.356

\*número de membros calculado através da média ponderada do exercício.

A remuneração total dos administradores no consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$17.660.

A controlada em conjunto Renova Energia possui plano de opção de ações instituído em que, na data de 31 de dezembro de 2012, 2.805.558 ações já tinham sido outorgadas e integralizadas no capital social da Renova Energia, na proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais (*unit*), ao valor de R\$0,34 por *unit*, pelos administradores da Renova Energia. A Renova tem ainda 187.500 ações, na proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, outorgadas aguardando o período de *vesting*. Ainda restam 2.707.794 ações não outorgadas e integralizadas no capital social da Renova Energia, na proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais. Durante o ano de 2012, 600.621 ações foram exercidas e integralizadas.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Light S.A. está representado por 203.934.060 ações ordinárias escriturais sem valor nominal (203.934.060 em 31 de dezembro de 2011 e em 1º de janeiro de 2011), sendo o seu capital social de R\$2.225.822 (R\$2.225.822 em 31 de dezembro de 2011 e em 1º de janeiro de 2011), conforme a seguir:

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
ACIONISTAS						
Grupo Controlador	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03
Outros	97.629.463	47,88	97.629.463	47,88	97.629.463	47,88
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	27.453.983	13,47	30.631.782	15,03	30.631.782	15,03
Público	70.175.480	34,41	66.997.681	32,85	66.997.681	32,85
Total Geral	203.934.060	100	203.934.060	100	203.934.060	100

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 203.965.072 ações ordinárias, destinado exclusivamente a atender ao exercício dos Bônus de Subscrição emitidos, observando estritamente as condições previstas nos Bônus de Subscrição (Estatuto Social art. 5º parágrafo 2).

### b) Reserva de Lucros

A Light S.A. possui duas reservas de lucro, destacadas abaixo:

- Reserva Legal – Constituída à base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício, conforme legislação em vigor.

- Reserva de Retenção de Lucros – Constituída com o Lucro Líquido de exercícios anteriores remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado registrado na data de transição da adoção dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

## 25. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O pagamento de juros sobre capital próprio está sendo considerado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, limitados a 50% do resultado do exercício.

Em 21 de setembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas, no valor bruto de R\$71.376, com a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte de 15%. O pagamento foi efetuado em 27 de dezembro de 2012.

Em 11 de outubro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos referentes aos resultados apurados no exercício de 2011 e à parte da reserva de lucros existente no balanço de 31 de dezembro de 2011, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2012, no montante de R\$181.501.

Em 14 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas, no valor bruto de R\$15.295, com a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte de 15%, a serem pagos até 30 de abril de 2013, e dividendos intermediários considerando o lucro apurado de janeiro a setembro de 2012, no montante de R\$169.877, que foram pagos em 27 de dezembro de 2012.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	423.923	310.647
Absorção de prejuízo	(49.546)	-
	374.377	310.647
Constituição de reserva legal	(18.719)	(15.532)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	355.658	295.115
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	88.915	73.779
Lucro líquido apurado até 30 de setembro	263.955	210.064
JCP declarados em setembro	(71.376)	-
Dividendos intermediários deliberados sobre balanço intermediário de setembro	(169.877)	(118.282)
Sub total	22.702	91.782
Lucro líquido apurado no quarto trimestre	159.968	100.583
JCP declarados em dezembro	(15.295)	(86.754)
Constituição de reserva legal sobre o lucro do exercício	(18.719)	(15.532)
Prejuízos acumulados decorrentes de mudança de prática contábil	(49.546)	-
Transferência de ganhos/perdas atuariais reconhecidos em resultados abrangentes	(132.019)	-
Dividendos adicionais propostos	-	(90.079)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	20.800	-
Absorção de prejuízos acumulados com retenção de lucro	12.109	-
Lucros retidos	-	-

A formação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	73.741	R\$/ação
Dividendos e juros sobre capital próprio		
Deliberados na AGO de 11/04/2012	181.501	0,8900
JCP declarados 21/09/2012	71.377	0,3500
Dividendos intermediários 26/11/2012	169.877	0,8330
JCP declarados 26/11/2012	15.295	0,0750
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(11.880)	
Pagos no exercício	(425.119)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	74.792	

## 26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de Lucro Líquido e EBITDA consolidado da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados da Companhia era de R\$20.440 (R\$20.991 em 31 de dezembro de 2011), com pagamento previsto para abril de 2013.

## 27. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Segue abaixo o cálculo do lucro básico por ação:

	2012	2011 Reapresentado
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício	423.923	341.978
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.934.060
Lucro básico por ação ordinária em R\$	<u>2,079</u>	<u>1,677</u>

Segue abaixo o cálculo do lucro diluído por ação, que considera os efeitos de diluição decorrentes do plano de opções de ações da controlada indireta em conjunto Renova Energia:

	2012	2011 Reapresentado
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício	423.923	341.978
Efeito dilutivo do plano de opções de ações da Renova Energia	<u>(3.962)</u>	<u>(4.529)</u>
Lucro líquido do exercício	419.961	337.449
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.934.060
Lucro diluído por ação ordinária em R\$	<u>2,059</u>	<u>1,655</u>

O cálculo contempla os fatos descritos na nota explicativa 23.



## 28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2012	2011
Fornecimento/Suprimento (nota 29)	9.755.104	8.805.815
Arrendamentos, aluguéis e outras	44.712	32.893
Receita de Uso da Rede	796.275	709.000
Receita de Construção	669.322	794.649
Renda de Prestação de Serviço	106.650	72.759
Serviço taxado	4.305	3.814
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>11.376.368</b>	<b>10.418.930</b>
ICMS	(2.362.055)	(2.264.173)
PIS / COFINS	(583.617)	(539.186)
Outros	(5.940)	(3.836)
<b>IMPOSTOS SOBRE RECEITA</b>	<b>(2.951.612)</b>	<b>(2.807.195)</b>
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(329.532)	(305.664)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(252.348)	(231.192)
Reserva Global de Reversão - RGR	(131.730)	(34.710)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(6.883)	(6.423)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(13.768)	(12.847)
Eficiência Energética - PEE	(30.339)	(28.796)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(13.768)	(12.846)
Outros encargos - Ex-isolados	(18.204)	(17.195)
Outros encargos - Proinfa	(15.088)	(17.277)
<b>ENCARGOS DO CONSUMIDOR</b>	<b>(811.660)</b>	<b>(666.950)</b>
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>(3.763.272)</b>	<b>(3.474.145)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>7.613.096</b>	<b>6.944.785</b>

## 29. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado					
	N ° de Contas faturadas <sup>(1) (2)</sup>		GWh <sup>(1)</sup>		R\$	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Residencial	3.683.953	3.814.841	8.149	8.418	3.042.342	2.870.255
Industrial	10.277	10.992	1.528	1.731	362.086	392.388
Comércio, serviços e outras	310.417	277.671	6.856	6.310	2.261.534	1.923.587
Rural	11.448	11.361	53	53	8.029	10.855
Poder público	11.420	10.765	1.580	1.495	552.732	485.970
Iluminação pública	730	743	683	675	115.611	105.616
Serviço público	1.442	1.528	1.119	1.109	248.833	230.943
Consumo próprio	437	394	86	86	-	-
Fornecimento faturado	4.030.124	4.128.295	20.054	19.877	6.591.167	6.019.614
ICMS	-	-	-	-	2.323.897	2.237.459
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	105.080	17.815
<b>TOTAL FORNECIMENTO <sup>(3)</sup></b>	<b>4.030.124</b>	<b>4.128.295</b>	<b>20.054</b>	<b>19.877</b>	<b>9.020.144</b>	<b>8.274.888</b>
Venda no leilão de energia gerada	-	-	4.850	4.806	620.879	476.420
Energia de curto prazo	-	-	935	2.046	114.081	54.507
<b>TOTAL SUPRIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.785</b>	<b>6.852</b>	<b>734.960</b>	<b>530.927</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.030.124</b>	<b>4.128.295</b>	<b>25.839</b>	<b>26.729</b>	<b>9.755.104</b>	<b>8.805.815</b>

(1) Não examinada pelos auditores independentes

(2) Número de contas faturadas em dezembro de 2012, com e sem consumo

(3) Light SESA

## 30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Natureza do Gasto	Consolidado					
	Custo do Serviço		Despesas Operacionais			2011 Reapresentado
	Com Energia	De Operação	Com Vendas	Gerais e Admin	Outras receitas (despesas) operacionais *	
Pessoal e Administradores	-	(180.878)	(17.060)	(95.711)	-	(293.649)
Material	-	(22.147)	(1.118)	(2.309)	-	(25.574)
Serviço de Terceiros	-	(185.258)	(78.890)	(153.865)	-	(418.013)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 31)	(4.534.153)	-	-	-	-	(4.534.153)
Depreciação e amortização	-	(314.971)	(968)	(42.494)	-	(358.433)
Provisão p/Crédito de Lq. Duvidosa	-	-	(282.602)	-	-	(282.602)
Provisão para Contingências / êxito/ depósitos judiciais	-	-	-	(192.556)	-	(192.556)
Custo de construção	-	(669.322)	-	-	-	(669.322)
Outras	-	(52.178)	(1.708)	(61.415)	375.609	260.308
<b>Total</b>	<b>(4.534.153)</b>	<b>(1.424.754)</b>	<b>(382.346)</b>	<b>(548.350)</b>	<b>375.609</b>	<b>(6.071.586)</b>

\* Inclui Remuneração do Ativo Financeiro da Concessão no montante de R\$408.158, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

## 31. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado			
	GWh <sup>(1)</sup>		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Encargos de conexão	-	-	(29.933)	(28.233)
Energia de Curto Prazo (Spot)	857	771	(171.329)	(42.291)
Encargos Uso da Rede	-	-	(470.524)	(445.869)
UTE Norte Fluminense	6.368	6.351	(967.043)	(878.556)
Itaipu - Binacional	5.352	5.386	(566.326)	(494.918)
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	(47.921)	(41.545)
O.N.S.	-	-	(21.057)	(17.813)
PROINFRA	546	529	(114.270)	(88.635)
ESS	-	-	(128.866)	(133.708)
Outros contratos e Leilão de Energia	16.590	16.382	(1.966.970)	(1.635.181)
Energia de Reserva	-	-	(49.914)	(21.282)
<b>Total</b>	<b>29.713</b>	<b>29.419</b>	<b>(4.534.153)</b>	<b>(3.828.031)</b>

(1) Não examinado pelos auditores independentes

## 32. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2012	2011 Reapresentado
<b>RECEITA</b>		
Acréscimo moratório s/ contas de energia e parcelamento de débitos	76.951	88.458
Rendimento sobre aplicações financeiras	47.001	48.428
Operações de swap	18.966	5.635
Atualização de Depósitos Judiciais	29.931	-
Outras receitas financeiras *	31.100	33.396
	<b>203.949</b>	<b>175.917</b>
<b>DESPESA</b>		
Atualização de provisão para contingências	(60.561)	(25.696)
Despesas com passivos tributários	(52.865)	(40.643)
Encargos de dívida	(450.037)	(456.176)
Variação cambial	(20.281)	3.944
Operações de swap	(4.527)	(1.611)
Antecipações de contas a receber	(30.913)	(22.437)
AVP de contas a receber	(40.298)	4.449
Outras despesas financeiras	(40.140)	(47.937)
	<b>(699.622)</b>	<b>(586.107)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(495.673)</b>	<b>(410.190)</b>

\* Referente a outras receitas de naturezas diversas

## 33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Controladora					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVO</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	45.469	45.469	55.057	55.057	38.295	38.295
Serviços prestados	148	148	150	150	146	146
Dividendos a receber	19.210	19.210	78.510	78.510	48.054	48.054
Outros créditos (nota 11)	6.665	6.665	13.763	13.763	23.860	23.860
<b>Total</b>	<b>71.492</b>	<b>71.492</b>	<b>147.480</b>	<b>147.480</b>	<b>110.355</b>	<b>110.355</b>
<b>PASSIVO</b>						
Fornecedores (nota 15)	458	458	197	197	280	280
Dividendos e JCP a pagar	74.792	74.792	73.741	73.741	136.598	136.598
Outros débitos (nota 22)	4.415	4.415	2.488	2.488	1.981	1.981
<b>Total</b>	<b>79.665</b>	<b>79.665</b>	<b>76.426</b>	<b>76.426</b>	<b>138.859</b>	<b>138.859</b>

ATIVO	Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	377.607	377.607	772.548	772.548	514.109	514.109
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	15.266	15.266	8.171	8.171	11.122	11.122
Concessionárias e permissionárias (nota 6)	1.735.727	1.735.727	1.682.158	1.682.158	1.634.965	1.634.965
Serviços prestados a receber	46.154	46.154	84.964	84.964	59.724	59.724
Swaps	35.540	35.540	4.555	4.555	211	211
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	1.573.349	1.573.349	656.473	656.473	469.030	469.030
Outros créditos (nota 11)	196.085	196.085	181.529	181.529	160.838	160.838
Total	3.979.728	3.979.728	3.390.398	3.390.398	2.849.999	2.849.999
PASSIVO						
Fornecedores (nota 15)	861.823	861.823	757.158	757.158	658.421	658.421
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.591.731	2.620.086	2.158.302	2.099.079	1.335.183	1.342.054
Debêntures (nota 17)	2.074.327	2.073.100	2.003.872	2.004.259	1.088.402	1.088.402
Dividendos e JCP a pagar	74.792	74.792	73.741	73.741	136.598	136.598
Swaps	6.129	6.129	1.763	1.763	5.295	5.295
Outros débitos (nota 22)	325.764	325.764	380.565	380.565	462.973	462.973
Total	5.934.566	5.961.694	5.375.401	5.316.565	3.686.872	3.693.743

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, estão identificadas a seguir:

- Equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data do balanço.

- Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data do balanço.

- Consumidores, concessionárias e permissionárias (clientes)

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas quando aplicável.

- Ativo financeiro de concessões

São classificados como “disponíveis para venda”, mensurados pelo seu valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os juros são calculados pelo método da taxa efetiva de juros e reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como outros passivos financeiros e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não divergem significativamente do valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados pelo “método do custo amortizado”. O valor justo foi calculado utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. O valor justo para o financiamento do BNDES é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo”.

- Outros ativos e outros passivos

Outros ativos, classificados como “empréstimos e recebíveis” e “mantidos até o vencimento”, e outros passivos são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- Swaps

São mensurados pelo valor justo. A determinação do valor justo foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nocional) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a) Instrumentos Financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado				
	31/12/2012			31/12/2012				
ATIVO	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	200	45.269	45.469	84.703	292.904	-	-	377.607
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	-	-	15.266	-	-	-	15.266
Concessionárias e permissonárias (nota 6)	-	-	-	1.735.727	-	-	-	1.735.727
Serviços prestados	148	-	148	46.154	-	-	-	46.154
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Swaps	-	-	-	-	35.540	-	-	35.540
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	-	-	-	-	-	1.573.349	-	1.573.349
Outros créditos (nota 11)	6.665	-	6.665	172.250	-	-	23.835	196.085
Total	7.013	45.269	52.282	2.054.100	328.444	1.573.349	23.835	3.979.728

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012			31/12/2012		
PASSIVO	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total
Fornecedores (nota 15)	458	-	458	861.823	-	861.823
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	-	-	-	2.591.731	-	2.591.731
Debêntures (nota 17)	-	-	-	2.074.327	-	2.074.327
Dividendos e JCP a pagar	74.792	-	74.792	74.792	-	74.792
Swaps	-	-	-	-	6.129	6.129
Outros débitos (nota 22)	4.415	-	4.415	325.764	-	325.764
Total	79.665	-	79.665	5.928.437	6.129	5.934.566

## b) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro anterior que a Companhia utiliza o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Ncional Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

## c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos de derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

## d) Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

### Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
USD	509.253	11,0	144.412	3,5	73.131	3,0
EUR	95.017	2,1	85.191	2,1	-	-
Moeda estrangeira (circulante e não circulante)	604.270	13,1	229.603	5,6	73.131	3,0
CDI	2.498.342	54,1	2.538.473	61,9	1.618.316	66,8
TJLP	1.401.471	30,3	1.206.499	29,4	624.457	25,8
Outros	114.602	2,5	129.071	3,1	107.681	4,4
Moeda nacional (circulante e não circulante)	4.014.415	86,9	3.874.043	94,4	2.350.454	97,0
Total geral (circulante e não circulante)	4.618.685	100,0	4.103.646	100,0	2.423.585	100,0

Em 31 de dezembro de 2012, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em moeda estrangeira é de R\$604.270, ou 13,1% do principal da dívida (R\$229.603, equivalente a 5,6% em 31 de dezembro de 2011 e R\$73.131 equivalente a 3,0% em 01 de janeiro de 2011).

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor nocional em 31 de dezembro de 2012 era de US\$240.206 (US\$66.804 em 31 de dezembro de 2011 e R\$19.191 em 01 de janeiro de 2011) e de €34.969 (€34.969 em 31 de dezembro de 2011), de acordo com a política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, se descontarmos esse montante do total da dívida em moeda estrangeira, a exposição cambial passa a 0,41% do total da dívida (0,57% em 31 de dezembro de 2011 e 1,72% em 01 de janeiro de 2011).

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

- Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado às tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do swap de taxas anteriormente mencionado.

As operações de derivativos, compreendendo os swaps de moedas e juros, este último demonstrado mais abaixo no relatório, apresentaram um ganho de R\$14.439 no exercício de 2012 (ganho de R\$4.024 no exercício de 2011). O valor líquido das operações de *swap* vigentes em 31 de dezembro de 2012, considerando o valor justo, é positivo em R\$29.411 (positivo em R\$2.792 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado nos quadros a seguir de swap de moeda e taxas:

Swap de moeda

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado	Valor Justo Dez/12 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/12 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/12 (R\$) Saldo
Bradesco	US\$+2,72%	100% CDI	10/03/11	12/03/13	61	11	-	11
Itaú	US\$+2,42%	100% CDI	11/04/12	11/04/14	2.715	470	-	470
Itaú	US\$+3,07%	100% CDI	28/12/11	10/10/13	2.970	354	-	354
HSBC	US\$+1,67%	100% CDI	09/10/12	10/10/14	1.338	-	(4)	(4)
HSBC	US\$+3,58%	100% CDI	12/04/11	10/04/13	3.065	1.005	-	1.005
HSBC	US\$+2,95%	100% CDI	12/09/11	12/09/13	58	16	-	16
Citibank L.Sesa	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23/08/12	23/02/17	33.333	-	(421)	(421)
Citibank L.Sesa	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23/08/12	23/08/17	33.333	-	(579)	(579)
Citibank L.Sesa	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23/08/12	23/02/18	33.333	-	(598)	(598)
Citibank L.Energia	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02/10/12	03/04/17	26.666	-	(1.410)	(1.410)
Citibank L.Energia	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02/10/12	02/10/17	26.666	-	(1.569)	(1.569)
Citibank L.Energia	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02/10/12	03/04/18	26.666	-	(1.548)	(1.548)
Bank of America	Libor+2,5294%	100% CDI + 0,65%	10/11/11	10/11/16	50.000	16.554	-	16.554

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado	Valor Justo Dez/12 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/12 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/12 (R\$) Saldo
BNP	Euro+4,6823%	100% CDI+1,30%	21/10/11	21/10/14	34.969	13.225	-	13.225
Totais					275.173	31.635	(6.129)	25.506

Swap de moeda

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado (US\$)	Valor Justo Dez/11 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/11 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/11 (R\$) Saldo
Banco Itau	US\$+2,79%	100% CDI	09/10/09	11/10/11	5.273	46	-	46
Citibank	US\$+3,20%	100% CDI	10/03/10	12/03/12	64	-	(11)	(11)
Banco Itau	US\$+2,82%	100% CDI	12/04/10	10/04/14	5.010	-	(773)	(773)
Bradesco	US\$+2,50%	100% CDI	10/09/10	12/09/12	63	-	(3)	(3)
HSBC	US\$+2,20%	100% CDI	11/10/10	09/10/12	3.211	2	-	2
Bradesco	US\$+2,72%	100% CDI	10/03/11	12/03/13	61	6	-	6
HSBC	US\$+3,58%	100% CDI	12/04/11	10/04/13	3.064	693	-	693
HSBC	US\$+2,95%	100% CDI	12/09/11	12/09/13	58	9	-	9
Merril Lynch	Libor+2,5294%	100%CDI+0,65%	10/11/11	10/11/16	50.000	3.609	-	3.609

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado (EURO)	Valor Justo Dez/11 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/11 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/11 (R\$) Saldo
BNP	Euro+4,6823%	100%CDI+1,30%	21/10/11	21/10/14	34.969	-	(976)	(976)
Totais					101.773	4.365	(1.763)	2.602

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2012. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A controlada Light Esco contratou instrumentos de derivativos, na modalidade de contratos a termo de moeda, para proteção cambial de pagamentos a fornecedores em moeda estrangeira, com o valor nocional de €1.215, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Contratos a termo

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado (EURO)	Valor Justo Dez/12 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/12 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/12 (R\$) Saldo
Citibank	Euro / 2,4824	Euro - Vencimento	31/05/12	29/01/13	865	82	-	82
Citibank	Euro / 2,4822	Euro - Vencimento	31/05/12	29/04/13	175	17	-	17
Citibank	Euro / 2,4836	Euro - Vencimento	31/05/12	27/05/13	175	16	-	16
Totais					1.215	115	-	115

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2013. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2012. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.



Análise de sensibilidade da Taxa de Câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido:

Operação	Risco	R\$		
		Provável Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
PASSIVOS FINANCEIROS		(28.868)	(213.692)	(398.520)
Par Bond	USD	(5.040)	(26.183)	(47.326)
Discount Bond	USD	(907)	(15.007)	(29.108)
C. Bond	USD	(846)	(3.592)	(6.339)
Bib	USD	(15)	(80)	(146)
Merril Lynch	USD	(2.984)	(29.273)	(55.563)
BNP (EURO)	EURO	(9.081)	(35.106)	(61.131)
Citibank Light Sesa	USD	(5.699)	(58.211)	(110.723)
Citibank Light Energia	USD	(4.296)	(46.240)	(88.184)
DERIVATIVOS				
Swaps	USD / EURO	45.686	197.965	350.245
TOTAL		16.818	(15.727)	(48.275)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros			+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do período)		2,0500	2,5625	3,0750
Cotação R\$/EURO (Fim do período)		2,8400	3,5500	4,2600

Diante do quadro acima, é possível identificar o *hedge* parcial para a dívida em moeda estrangeira (apenas limita-se ao serviço da dívida a vencer em até 24 meses), uma vez que à medida que a cotação do R\$/US\$ cresce, a despesa financeira dos passivos aumenta, mas a receita financeira dos derivativos também compensa parcialmente esse impacto negativo e vice-versa. Com isso, evidencia-se a proteção parcial do caixa proporcionada pela política de derivativos da Companhia.

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2012, a operação de swap de taxa de juros associada ao vencimento de CCB Bradesco com o valor nominal de R\$150.000 (R\$150.000 em 31 de dezembro de 2011), devidamente autorizada pela Administração, apresentou, considerando o valor justo, ganho de R\$3.905 (R\$190 em 31 de dezembro de 2011), conforme quadro abaixo:

Swap de taxa em 31 de dezembro de 2012

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado (R\$)	Valor Justo Dez/12 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/12 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/12 (R\$) Saldo
HSBC	101,9% CDI+ (TJLP-6%)	CDI+0,85%	18/10/11	18/10/17	150.000	3.905	-	3.905
Totais					150.000	3.905	-	3.905

Swap de taxa em 31 de dezembro de 2011

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor <i>Notional</i> Contratado (EURO)	Valor Justo Dez/11 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/11 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/11 (R\$) Saldo
HSBC	101,9% CDI+(TJ LP-6%)	CDI+0,85%	11/10/10	09/10/12	150.000	190	-	190
Totais					150.000	190	-	190

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2013. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro em 2012, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Risco de Elevação das Taxas de Juros, com apresentação dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido:

		R\$		
		Provável		
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário (I)</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações Financeiras	CDI	29.439	36.801	44.162
PASSIVOS FINANCEIROS				
Debêntures 4ª Emissão Light SESA	TJLP	(5)	(5)	(6)
Debêntures 5ª Emissão Light SESA	CDI	(16.859)	(20.191)	(23.474)
Debêntures 7ª Emissão Light SESA	CDI	(53.279)	(64.000)	(74.563)
Debêntures 8ª Emissão Light SESA	CDI	(37.783)	(45.545)	(53.191)
Debêntures 1ª Emissão Light Energia	CDI	(14.237)	(17.068)	(19.857)
Debêntures 2ª Emissão Light Energia	CDI	(34.068)	(41.067)	(47.961)
Debêntures 3ª Emissão Light Energia	CDI	(2.401)	(2.895)	(3.381)
CCB Bradesco	CDI	(28.939)	(35.135)	(41.239)
CCB Bco Santander	CDI	(6.612)	(7.934)	(9.237)
BNDES Finem Indireto	TJLP	(13.882)	(15.770)	(17.636)
BNDES Direto TJLP	TJLP	(10.185)	(11.861)	(13.517)
BNDES Direto TJLP+1%	TJLP	(11.440)	(13.117)	(14.774)
SESA Bndes Capex 11/12 - Subcred.2	TJLP	(13.624)	(16.101)	(18.548)
SESA Bndes Capex 11/12 - Subcred.3	TJLP	(17.622)	(20.659)	(23.661)
SESA Bndes Capex 11/12 - Subcred.4	TJLP	(19.905)	(22.945)	(25.949)
SESA Bndes Capex 11/12 - Subcred.17	TJLP	(2)	(2)	(3)
SESA Bndes Capex 11/12 - Subcred.18	TJLP	(2)	(3)	(3)
BNDES Capex 2011/12 - Light Energia	TJLP	(1.904)	(2.251)	(2.593)
BNDES - Light Ger	TJLP	(4.696)	(5.531)	(6.356)
PROESCO	TJLP	(945)	(1.109)	(1.270)
Empréstimos -Renova	TJLP	(26.937)	(32.409)	(37.881)
Debêntures - Renova	CDI	(5.823)	(6.743)	(7.655)
DERIVATIVOS				
Swaps de moedas	CDI	45.686	(1.756)	(52.572)
Swap de taxas	CDI	9.041	29.010	50.574
Swap de taxas	TJLP	9.041	6.779	5.120
TOTAL		(227.943)	(311.507)	(395.471)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		7,18%	8,98%	10,77%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		7,18%	8,98%	10,77%
TJLP (% fim do exercício)		5,00%	6,25%	7,50%

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negatização de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

Apresentamos no item “a” desta nota, um quadro resumo dos instrumentos financeiros por categoria, cuja informação contempla o risco de crédito máximo da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

A definição dos grupos para alocação dos recursos está descrita conforme abaixo, bem como o percentual de participação atual na carteira da Companhia:

- Grupo 1 – Bancos Federais; Patrimônio Líquido: Não se aplica; *Rating* Mínimo: Não se aplica. Percentual na carteira: 24,0%.
- Grupo 2 – Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido maior ou igual a 7 bilhões; *Rating* Mínimo: AA (S&P e *Fitch*) ou Aaa (*Moody's*). Percentual na carteira: 64,2%.
- Grupo 3– Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido entre 1 bilhão e 7 bilhões; *Rating* Mínimo: AA (S&P e *Fitch*) ou Aaa (*Moody's*). Percentual na carteira: 9,8%.
- Grupo 4– Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido entre 500 milhões e 1 bilhão; *Rating* Mínimo: A (S&P e *Fitch*) ou A2 (*Moody's*). Percentual na carteira: 1,9%.
- Grupo 5– Apenas Instituições Financeiras com bloqueios de depósitos judiciais. Percentual na carteira: 0,1%.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os

empréstimos captados são apresentadas nas notas explicativas 16 e 17.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	234.975	717.161	4.196.296	1.284.985	6.433.417
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	1.130	64.520	220.495	329.413	615.558
Fornecedores	861.823	-	-	-	861.823
Swap	11	1.375	28.025	-	29.411

#### a) Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011 Reapresentado
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	-	-	-	4.666.058	4.162.174	2.467.306
(-) Caixa e equivalentes de caixa	45.469	55.057	38.295	377.607	772.548	514.109
Dívida líquida	- 45.469	- 55.057	- 38.295	4.288.451	3.389.626	1.953.197
Patrimônio líquido	3.025.683	3.171.828	3.289.245	3.025.683	3.171.828	3.289.245
Índice de alavancagem financeira - %	102%	102%	101%	41%	48%	63%

#### b) Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

	Consolidado			
	Mensuração do Valor Justo			
	31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
<b>ATIVO</b>				
Equivalentes de caixa (nota 4)	292.904	-	292.904	-
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	15.266	-	15.266	-
Ativo financeiro da concessão (nota 10)	1.573.349	-	-	1.573.349
Swaps	35.540	-	35.540	-
<b>Total</b>	<b>1.917.059</b>	<b>-</b>	<b>343.710</b>	<b>1.573.349</b>
<b>PASSIVO</b>				
Swaps	7.422	-	7.422	-
<b>Total</b>	<b>7.422</b>	<b>-</b>	<b>7.422</b>	<b>-</b>

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como disponível para venda, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os exercícios e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do exercício estão evidenciados na nota explicativa 10, sendo que não houve nenhum efeito no patrimônio líquido esse ano.

#### 34. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbina a vapor, turbina a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura “All Risks”, incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas

funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial – Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional – Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10/08/2012	10/08/2013	R\$40.350	R\$158
Responsabilidade Civil e Geral	25/09/2012	25/09/2013	R\$20.000	R\$855
Riscos Operacionais	31/10/2012	31/10/2013	R\$ 4.881.192	R\$1.856

\* Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

\* Valor Total em Risco de R\$4.881.192

Os principais valores em risco com coberturas de seguro da Renova Energia S.A. são para Geração e Transmissão de energia. Devido à participação nos leilões LER 2009, 2010, LEN 2011 e construção dos parques eólicos.

### 35. QUESTÕES AMBIENTAIS

Dentre as ações mais relevantes desempenhadas pela Companhia que visam garantir a qualidade ambiental, destacamos as seguintes:

- Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

A Companhia iniciou o levantamento da emissão de gases de efeito estufa referente às suas atividades realizadas em 2006. A partir desse levantamento estipulou-se uma meta de redução anual das emissões de GEE, que tem sido alcançada e até superada tendo em vista os esforços empenhados para tornar os processos mais eficientes (com menor geração de resíduos e gases).

- Projeto Jogos Verdes

Lançado em junho de 2012, por meio de uma parceria do Grupo Light com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o projeto Jogos Verdes investe na restauração florestal como forma de neutralizar a emissão de gases de efeito estufa durante Jogos Olímpicos de 2016. A iniciativa prevê, até a realização das Olimpíadas, o plantio de 1.200

hectares de espécies nativas no Complexo de Ribeirão das Lajes, inserido no Corredor de Biodiversidade Tinguá-Cunhambebe. Além de amenizar o efeito estufa e as consequências das mudanças climáticas, o projeto tem a perspectiva de promover a conservação do meio ambiente, aliada à geração de emprego e renda para a comunidade local, envolvida nas ações desde o início.

- Gestão de Resíduos

Empresas especializadas são contratadas para garantir a destinação correta de todos os resíduos gerados pela Companhia, incluindo perigosos e recicláveis. Na manutenção das usinas do Parque Gerador, por exemplo, tivemos uma redução 60% dos gastos em destinação de resíduos com a contratação de empresa especializada no fornecimento de toalhas laváveis e reutilizáveis, em substituição aos panos e estopas que eram utilizados uma única vez. Com relação às atividades da Distribuidora, contamos com um contrato que garante o reaproveitamento dos equipamentos em desuso retirados da rede de energia elétrica, o que permite enorme diminuição no consumo de recursos naturais e geração de resíduos.

- Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Sistema de Gestão Integrado (SGI)

A Companhia possui atualmente 270 sites certificados pela ISO 14001, norma esta que estabelece critérios para a Gestão Ambiental. A Light Energia, por sua vez, possui tripla certificação – Qualidade, Saúde e Segurança e Meio Ambiente de todo Parque Gerador em operação. Dentre os empreendimentos certificados em Sistema de Gestão Ambiental (SGA) estão subestações de energia elétrica, linhas de distribuição aérea e subterrânea 138 kV, e usinas hidrelétricas. O SGA da Companhia permite o gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais advindos das atividades listadas, bem como o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, a conscientização e o treinamento em meio ambiente dos colaboradores, entre outros. A manutenção de um sistema com tal conjuntura exige uma série de investimentos para evitar possíveis não conformidades.

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Iniciado em 1992, possui metas anuais de 50 hectares de plantio e 300 hectares de manutenção de áreas plantadas no entorno dos reservatórios da Light, contribuindo diretamente para a biodiversidade local e regional. Em 2012, a Companhia superou essas metas realizando plantio em 65 hectares e manutenção em 353 hectares de áreas reflorestadas e florestas remanescentes da Mata Atlântica.

- Manejo de Macrófitas Aquáticas

A vegetação aquática que se forma ao longo dos reservatórios pode causar sérios problemas na geração da energia, no controle de cheias e aos múltiplos usos da água, exigindo um grande investimento para controlar seu crescimento populacional. Diante desse passivo, comum ao setor elétrico, a Companhia pesquisa há 13 anos, junto à UNESP de Jaboticabal, alternativas para o manejo sustentável da biomassa destas plantas que é retirada diariamente nos reservatórios de Santana e Vigário. Uma destas alternativas consiste em transformar esta biomassa num ativo ambiental, através de sua compostagem, que resulta num composto rico em nutrientes como N e P de elevada eficácia na adubação orgânica de suas áreas de reflorestamento. A atual medida neste

sentido é o processo de licenciamento ambiental para implantação de uma usina modelo de compostagem no Município de Pirai.

#### Responsabilidade socioambiental

- Light Recicla

Iniciado em agosto de 2011, o Light Recicla promove a troca de material reciclável por desconto na conta luz. Uma alternativa para pagamento das contas que se constitui em uma ação socioambiental e de geração de renda, incentivando a participação em coleta seletiva. É destinado para clientes moradores de áreas onde o projeto esta presente. Moradores de outros locais podem doar seu material reciclável para credito nas contas de luz de 28 instituições sociais cadastradas no projeto.

- Comunidade Eficiente

O projeto promove a utilização racional de energia elétrica para famílias cadastradas na Tarifa Social. Entre suas diversas ações, temos a troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, troca de geladeiras antigas por novas com Selo Procel, visitas educativas e plantões de atendimento local.

Além destas iniciativas, temos o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos que é uma contribuição da Companhia, em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para o aprimoramento da cultura da região. É um equipamento cultural e natural de caráter perene, que oferece um programa educativo voltado ao público infanto-juvenil. De forma lúdica e didática temas como Meio Ambiente, História e Patrimônio Cultural são apresentados. O espaço está dentro de uma área de preservação ambiental da Mata Atlântica. Além do perímetro de visitação o parque soma 930 mil m<sup>2</sup> por áreas de mata e água. Aberto ao público desde 2011 mostrou ser de fato necessário e importante para a região do Vale do Paraíba Fluminense. Em 2012, o número de visitas ultrapassou o quantitativo do ano anterior em aproximadamente 30%; cerca de 9.000 pessoas estiveram no Parque sendo que 50% deste total foram de visitas turísticas espontâneas, os demais foram pelo programa educativo ou motivado pelos 15 eventos que aconteceram no período. Este movimento crescente e atipicamente efervescente para a região demonstra que o empreendimento é um propulsor para o desenvolvimento econômico do entorno. Em exposição positiva, nas mídias espontâneas, o Parque também superou expectativas. Em 2012 a iniciativa obteve mais de R\$ 1.200 em equivalência publicitária contra R\$750 investidos para que o Parque cumprisse com toda sua programação.

As informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.



### 36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de energia e outros (inclusive a holding). A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes.

As informações por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31/12/2012
Ativos :						
Ativo circulante	1.915.449	294.266	130.464	83.344	(84.760)	2.338.763
Realizável a Longo Prazo	3.090.462	20.781	24.187	289	(77.387)	3.058.332
Investimento	19.756	636	-	3.140.773	(3.069.310)	91.855
Imobilizado	231.250	1.954.579	32.361	2.374	-	2.220.564
Intangível	3.711.438	303.430	177	2.012	-	4.017.057
Total dos Ativos	8.968.355	2.573.692	187.189	3.228.792	(3.231.457)	11.726.571
Passivos e Patrimônio Líquido:						
Passivo circulante	1.737.944	289.346	59.345	84.786	(84.760)	2.086.661
Passivo não circulante	5.041.597	1.639.051	9.923	1.043	(77.387)	6.614.227
Patrimônio líquido	2.188.814	645.295	117.921	3.142.963	(3.069.310)	3.025.683
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	8.968.355	2.573.692	187.189	3.228.792	(3.231.457)	11.726.571

  

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31/12/2011 Reapresentado
Ativos :						
Ativo circulante	2.377.022	238.494	61.432	153.432	(148.618)	2.681.762
Realizável a Longo Prazo	2.282.997	5.519	31.050	273	(155.294)	2.164.545
Investimento	16.374	36.231	-	3.146.008	(3.144.527)	54.086
Imobilizado	209.720	1.767.482	6.589	2.042	-	1.985.833
Intangível	3.814.959	357.824	-	3.598	(1.481)	4.174.900
Total dos Ativos	8.701.072	2.405.550	99.071	3.305.353	(3.449.920)	11.061.126
Passivos e Patrimônio Líquido:						
Passivo circulante	1.778.752	195.550	28.302	88.029	(148.618)	1.942.015
Passivo não circulante	4.657.209	1.438.723	6.645	-	(155.294)	5.947.283
Patrimônio líquido	2.265.111	771.277	64.124	3.217.324	(3.146.008)	3.171.828
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	8.701.072	2.405.550	99.071	3.305.353	(3.449.920)	11.061.126

## Resultado por segmento:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2012	Consolidado 2011 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL	10.655.829	503.649	620.004	17.045	(420.159)	11.376.368	10.418.930
Fornecimento Faturado	8.915.064	-	-	-	-	8.915.064	8.235.339
Fornecimento não faturado	105.080	-	-	-	-	105.080	17.815
Suprimento – Energia Elétrica	71.723	494.534	568.668	-	(399.965)	734.960	530.927
Remuneração Ativo Financeiro	-	-	-	-	-	-	794.649
Receita de Construção	669.322	-	-	-	-	669.322	-
Outras	894.640	9.115	51.336	17.045	(20.194)	951.942	840.200
DEDUÇÕES A RECEITA	(3.664.182)	(52.761)	(45.020)	(1.309)	-	(3.763.272)	(3.474.145)
Fornecimento Faturado -ICMS	(2.323.897)	-	(38.158)	-	-	(2.362.055)	(2.264.173)
Encargos do Consumidor	(798.292)	(13.368)	-	-	-	(811.660)	(666.950)
PIS	(96.095)	(7.111)	(896)	(140)	-	(104.242)	(96.285)
COFINS	(442.584)	(32.168)	(4.112)	(511)	-	(479.375)	(442.901)
Outros	(3.314)	(114)	(1.854)	(658)	-	(5.940)	(3.836)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.991.647	450.888	574.984	15.736	(420.159)	7.613.096	6.944.785
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(6.183.533)	(175.159)	(549.597)	(25.868)	420.163	(6.513.994)	(6.071.586)
Pessoal	(256.935)	(26.088)	(6.432)	(4.194)	-	(293.649)	(247.334)
Material	(17.118)	(1.149)	(7.275)	(32)	-	(25.574)	(25.676)
Serviço de Terceiros	(354.245)	(23.968)	(19.774)	(20.026)	-	(418.013)	(409.208)
Energia Comprada	(4.394.013)	(46.143)	(513.776)	-	419.779	(4.534.153)	(3.828.031)
Depreciação	(293.276)	(64.409)	(654)	(94)	-	(358.433)	(364.554)
Provisões	(473.062)	(1.195)	-	(901)	-	(475.158)	(300.641)
Custo de Construção	(669.322)	-	-	-	-	(669.322)	(794.649)
Resultado não operacional	354.999	20.333	4	273	-	375.609	-
Outras	(80.561)	(32.540)	(1.690)	(894)	384	(115.301)	(101.493)
Equivalência Patrimonial	-	(1.288)	-	481.585	(481.585)	(1.288)	-
RESULTADO FINANCEIRO	(406.156)	(82.034)	220	(5.892)	(1.810)	(495.672)	(410.190)
Receita Financeira	194.506	21.290	1.471	3.283	(16.600)	203.950	175.917
Despesa Financeira	(600.662)	(103.324)	(1.251)	(9.175)	14.790	(699.622)	(586.107)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	401.958	192.407	25.607	465.561	(483.391)	602.142	463.009
Contribuição Social	(29.819)	(18.100)	(2.230)	(40)	-	(50.189)	(33.213)
Imposto de Renda	(83.144)	(38.846)	(5.991)	(49)	-	(128.030)	(87.818)
RESULTADO LÍQUIDO	288.995	135.461	17.386	465.472	(483.391)	423.923	341.978

## 37. REAJUSTE TARIFÁRIO

A Aneel, em reunião pública de diretoria, ocorrida em 06 de novembro de 2012, aprovou o reajuste médio das tarifas da Light SESA de 10,77% para o período de 12 meses a partir de 07 de novembro de 2012.

O índice do reajuste tarifário é constituído por dois componentes: o Estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 7,17%; e o Financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de 3,60%.

Reajuste Tarifário Light 2012	%
IRT Estrutural	7,17
Adicionais Financeiros	3,60
<b>Total</b>	<b>10,77</b>

O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores finais das variações dos custos não-gerenciáveis da concessão (Parcela A: energia comprada para fornecimento, encargos setoriais e encargos de transmissão) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B), pela variação do IGP-M subtraída do Fator X. Este último, ao reduzir o IGP-M repassa aos consumidores os ganhos de eficiência anuais da concessionária.

A variação verificada nos últimos 12 meses nos custos não-gerenciáveis foi de 4,83%, devido principalmente à variação da compra de energia de 16,89%, impactado principalmente pela valorização do dólar, que afeta o custo da energia proveniente da usina de Itaipu, e do aumento do Preço Liquidação das Diferenças (PLD), este último impactando sobre o custo da energia dos Contratos por Disponibilidade de usinas térmicas.

A variação dos custos gerenciáveis, parcela que fica com a Light para cobrir seus custos e remunerar os investimentos na rede, reflete o índice acumulado do IGP-M, no período de novembro de 2011 a outubro de 2012, de 7,52%, deduzido o Fator X de 0,48%, resultando no percentual final de 7,04%.

Considerando o componente financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de 3,60%, e a retirada do componente financeiro presente nas tarifas da Light vigentes até 06 de novembro, de -0,64%, os consumidores cativos da Light SESA observarão um reajuste médio em suas contas de luz de 12,27%, a partir de 7 de novembro de 2012.

Destaca-se que no reajuste tarifário anual deste ano não está contemplado nenhum dos efeitos decorrentes da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, pois a redução tarifária prevista foi aplicada a partir de 05 de fevereiro de 2013, quando a Aneel procedeu à Revisão Tarifária Extraordinária.

### 38. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO

#### Plano de Incentivo em “Opções Fantasma”

A Modalidade de “Opções Fantasma” foi oferecida aos executivos elegíveis indicados pelo Conselho de Administração e está diretamente atrelada à criação de valor da Light, medida por meio da variação da Unidade de Valor da Light (UVL). O cálculo da UVL é resultante da ponderação dos seguintes fatores:

1. Valor de mercado das ações da Light S.A.;
2. Valor econômico (múltiplo do EBITDA);
3. Valor de dividendos distribuídos.

A diferença entre a UVL prevista no Programa para o ano de outorga e a UVL verificada no ano de exercício multiplicado pela quantidade de opções exercidas pelo participante montará o total do bônus de longo prazo a ser pago a cada participante.

A Companhia efetuou os cálculos referentes à UVL para 31 de dezembro de 2012 e visto que o valor ficou inferior à UVL no ano de outorga, não existe nenhuma obrigação constituída em 31 de dezembro de 2012.

### 39. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

#### a) Contratos de venda de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia contratada Total (MW médio)
2013	555,9
2014	587,3
2015	561,0
2016	561,0
2017	561,0
2018	561,0
2019	561,0
2020	530,7
2021	530,7
2022	530,7
2023	530,7
2024	530,7
2025	530,7
2026	530,7
2027	48,1
2028	48,1
2029	42,8
2030	42,8
2031	42,8
2032	42,8
2033	38,2
2034	2,0

#### b) Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía compromissos de compra de energia como segue:

Ano	Mw médio Contrato bilateral	Mw médio Leilões de Energia	Mw médio Total Contratos
2013	1.341	1.505	2.846
2014	1.341	949	2.290
2015	1.341	883	2.223
2016	1.341	865	2.206
2017	1.341	934	2.275
2018	1.341	939	2.280
2019	1.341	939	2.280
2020	1.341	939	2.280
2021	1.341	939	2.280
2022	1.341	939	2.280
2023	1.341	919	2.260
2024	1.341	877	2.218
2025	616	681	1.297
2026	-	634	634

#### 40. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante o exercício de 2012, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Encargos financeiros capitalizados	-	-	39.743	24.012
Aquisição de ativo imobilizado em contrapartida a fornecedor	-	-	49.623	-
Dividendos/JCP de controladas	19.210	78.510	-	-
Efeitos oriundos de aquisições e diluição de participação:				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(33.457)	243.814
Aquisição de ativo intangível	-	-	18.362	296.344
Captação de empréstimos	-	-	35.113	(210.331)
Constituição de IR diferido passivo	-	-	(4.589)	(99.632)
Aquisição de outros ativos e passivos	-	-	(771)	4.041

#### 41. EVENTOS SUBSEQUENTES

##### a) Aneel define reajuste tarifário extraordinário

A Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, em reunião pública extraordinária realizada em 24 de janeiro de 2013, aprovou um reajuste das tarifas dos consumidores de todas as concessionárias do país, sendo que para a controlada Light SESA, o efeito médio total equivale a uma redução de 19,63%, enquanto os consumidores residenciais (baixa tensão) perceberão uma redução de 18,10%. As novas tarifas valem a partir do dia 24 de janeiro de 2013.

<b>Subgrupo tarifário</b>	<b>Varição</b>
A2	-27,96%
A3a	-20,80%
A4	-20,15%
AS	-19,31%
BT	-18,10%
<b>Efeito Médio</b>	<b>-19,63%</b>

A redução das tarifas é resultado da Lei nº 12.783/2013, que promoveu a renovação das concessões de transmissão e geração de energia com vencimento até 2017, além das medidas provisórias 591/2012 e 605/2013.

As principais alterações que permitiram a redução da conta foram a redução no custo de compra de energia, através da alocação das cotas de energia proveniente das geradoras com concessão renovada, redução dos custos de transmissão relativos às transmissoras que tiveram o contrato de concessão renovado, redução dos encargos setoriais e retirada de subsídios da estrutura da tarifa.

##### b) Novas captações de empréstimos e financiamentos

Em 25 de fevereiro de 2013 ocorreu captação no valor de R\$150.000 para a controlada Light SESA, através de Nota de Crédito Comercial (NCC) com o Banco do Brasil, para fins de capital de giro.

Em 11 de março de 2013 ocorreu captação no valor de R\$116.880 para a controlada Light SESA, através de operação com o Banco Tokyo-Mitsubishi, para fins de capital de giro.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
---------------------------

EFETIVOS

Sérgio Alair Barroso  
Humberto Eustáquio César Mota  
Raul Belens Jungmann Pinto  
Maria Estela Kubitscheck Lopes  
Djalma Bastos de Moraes  
José Carlos Aleluia Costa  
Rutelly Marques da Silva  
Luiz Carlos da Silva Cantídio Junior  
Guilherme Narciso de Lacerda  
David Zylbersztajn  
Carlos Alberto da Cruz

SUPLENTE

Luiz Fernando Rolla  
César Vaz de Melo Fernandes  
Fernando Henrique Schuffner Neto  
Carmen Lúcia Claussen Kanter  
Wilson Borrajo Cid  
José Augusto Gomes Campos  
Vago  
Marcelo Pedreira de Oliveira  
Jalisson Lage Maciel  
Almir José dos Santos  
Magno dos Santos Filho

CONSELHO FISCAL
-----------------

EFETIVOS

Marcelo Lignani Siqueira  
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond  
Eduardo Grande Bittencourt  
Rogério Fernando Lot  
Ernesto Costa Pierobon

SUPLENTE

Francisco Luiz Moreira Penna  
Ari Barcelos da Silva  
Ronald Gastão Andrade Reis  
Francisco Vicente Santana Silva Telles  
Raphael Manhães Martins

DIRETORIA EXECUTIVA
---------------------

Paulo Roberto Ribeiro Pinto  
Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Andreia Ribeiro Junqueira e Souza  
Diretora de Gente

Paulo Carvalho Filho  
Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos  
Diretor de Energia e  
Diretor de Desenvolvimento de Negócios (interinamente)

José Humberto Castro  
Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis  
Diretor Jurídico

Luiz Otávio Ziza Mota Valadares  
Diretor de Comunicação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA
-----------------------------------

Roberto Caixeta Barroso  
Superintendente de Controladoria  
CPF 013.011.556-83  
CRC-MG 078086/O-8

Suzanne Lloyd Gasparini  
Contadora - Gerente de Contabilidade  
CPF 081.425.517-56  
CRC-RJ 107359/O-0